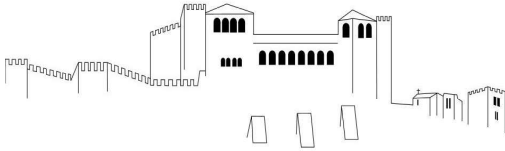
**ATA N.º 1/2021****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 12 DE
FEVEREIRO DE 2021**

Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, por videoconferência, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram presentes por **videoconferência**, os seguintes **deputados**:

- Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
- Ana Carla Marques Pereira Gomes;
- António Ferreira Pereira de Melo;
- António José de Almeida Sequeira;
- Artur Rogério de Jesus Santos;
- Carlos Manuel Carvalheira Barbeiro;
- Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
- Céline Moreira Gaspar;
- Cláudia Alexandra Machado Santos da Silva;
- Daniela Alexandra Lopes de Sousa;
- Eulália Rodrigues Crespo Duarte;
- Fábio Alexandre Seguro Joaquim;
- Faustino Ferreira Coelho Guerra;
- Fernando Paulo Mateus Elias;
- Gastão Manuel de Oliveira Neves;
- Helena Cristina da Fonseca Brites;
- Joana Brito Cartaxo;
- Joana Marisa Pedrosa Vieira Correia;
- João Manuel Faria Fernandes da Cunha;
- Joaquim Carreira Mónico;
- Jorge Manuel Vieira Crespo;
- José António Sousa e Silva;
- José Artur das Neves Ferreira;
- José Carlos Matias Filipe;
- José da Silva Alves;
- José Manuel da Cunha;
- José Pereira dos Santos;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

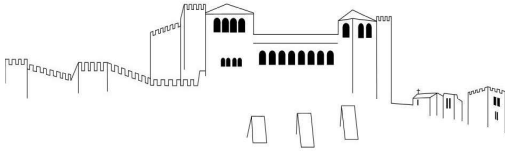
- Laura Maria Santos de Sousa Esperança;
- Manuel António Azenha dos Santos Pereira;
- Margarida Maria Castelão de Sousa Dias;
- Mário Rodrigues;
- Mário de Sousa Gomes;
- Micael de Silva e Sousa;
- Paula Luísa Bacharel Santos Gil;
- Paulo Alexandre Jesus Clemente;
- Paulo Pedrosa Pedro;
- Pedro Manuel Carreira Pedrosa;
- Pedro Ricardo Soares Pimenta;
- Renato José dos Santos Cruz;
- Ricardo de Jesus Gomes;
- Rosa Maria de Sousa Brilhante Pedrosa;
- Rui Lebreiro;
- Tânia Andreia Cardoso Rodrigues;
- Telma Carreira Curado;
- Ventura José Rolo Tomaz;
- Vítor Manuel Casimiro Matos;
- Vítor Manuel da Silva Santos.

Estiveram presentes por **videoconferência**, os seguintes **membros do executivo**:

- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Ana Catarina de Moura Louro;
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Ana Maria Fernandes Esperança;
- Anabela Fernandes Graça;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos;
- Rita Alves da Costa Azevedo Coutinho;
- Álvaro Madureira;
- Ana Silveira;
- Fernando José da Costa.

Os seguintes deputados municipais solicitaram a sua **substituição**:

- Vítor Pereira dos Reis, substituído por Valentim Teodósio Ferreira;
- Carlos António Cordeiro da Conceição, substituído por Domingos Carvalho;
- Teófilo Agostinho Martins Araújo dos Santos, substituído por Fábio Micael Costa Bernardino;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

- Rui Manuel Passadouro da Fonseca, substituído por Daniel Marques;
- Telma Carreira Curado, substituída por João César Cadima Antunes;
- Ventura Tomaz, substituído por Lucília da Silva Letra (Secretária Junta Freguesia Coimbrão);

A sessão foi presidida pelo senhor António José de Almeida Sequeira, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada por José da Silva Alves, 1.º secretário da Mesa, e por Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra, 2.ª secretária da Mesa.

Havendo "quórum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram **20h10** horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2. Declarações de carácter obrigatório:

2.1. Declarações de carácter obrigatório, no âmbito do artigo 15.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março – Para conhecimento;

2.2. Declarações emitidas ao abrigo do artigo 15.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março – SMAS Leiria – Para conhecimento;

3. Finanças:

3.1.III Alteração Modificativa Orçamento Municipal 2021 – Apreciação, discussão e votação;

3.2. Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos – Para conhecimento;

3.3. Integração no Inventário e Valorização de Imóveis que não reuniam condições para integrar o Balanço Inicial, à data da Implementação do SNC-AP com efeitos em 2020 – Apreciação, discussão e votação;

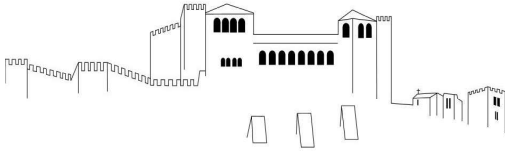
3.4.1ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual Previsional dos SMAS de Leiria – Apreciação, discussão e votação;

4. Juntas de Freguesia:

4.1. Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Capital – Alteração – Apreciação, discussão e votação;

4.2. Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de Capital – Apreciação, discussão e votação;

4.3. Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Financeiros para as Sedes das



Freguesias/Uniões das Freguesias – Prorrogação de Prazo - Apreciação, discussão e votação;

4.4. Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Financeiros Pontuais para Obras – Prorrogação de Prazo (UF Sta. Eufémia e Boavista / UF Monte Redondo e Carreira) - Apreciação, discussão e votação;

4.5. Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Financeiros Pontuais para Obras – Prorrogação de Prazo (UF Colmeias e Memória) - Apreciação, discussão e votação;

4.6. Contrato Interadministrativo de delegação de competências no âmbito da realização de obras diversas - 1.ª adenda - Apreciação, discussão e votação;

5. Regulamentos / Regimentos:

5.1. Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Leiria publicitada pelo Edital n.º 1365/2020, de 29 de dezembro, publicada na 2.ª série do Diário da República – Retificação - Apreciação, discussão e votação;

5.2. Alteração do Regulamento do Fundo de Emergência Municipal de Apoio Comercial e Empresarial - "Leiria Protege" – Apreciação, discussão e votação;

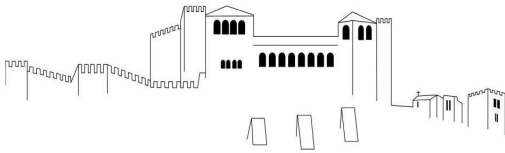
6. Espaços Culturais:

6.1. Entrada livre nos espaços culturais do Município em datas comemorativas e domingos – 2021 - Apreciação, discussão e votação;

7. V Plano de Medidas extraordinárias e de caráter urgente de resposta à situação epidemiológica do novo COVID 19 – Ratificação de despacho do Presidente da Câmara Municipal, de 13 de janeiro de 2021. Isenções - Apreciação, discussão e votação;

8. Regularização do Registo Predial de Edifícios Escolares sitos em diversas Freguesias do Concelho de Leiria - Substituição da deliberação de 24/11/2020 - Proposta de Aquisição por Usucapião de 34 Edifícios Escolares, com vista à Regularização Patrimonial - Apreciação, discussão e votação;

9. Revogação da deliberação da Câmara Municipal n.º DLB 818/18, datada de 24 de julho de 2018, e proposta de revogação da deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão extraordinária de 31 de julho de 2018, que aprovou a alienação de parcelas de terreno do domínio privado do Município de Leiria e respetivo Regulamento de Hasta Pública." - Apreciação, discussão e votação;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, a todos cumprimentou e deu início à primeira sessão ordinária de 2021, por videoconferência.

De seguida mencionou a substituição do senhor deputado Luís Pinto que, de acordo com o Artº 8º do Regimento da Assembleia, solicitou a renúncia de mandato. Comunicou que ao abrigo do Artº 10º do mesmo Regimento foi substituído por Tânia Andreia Cardoso Rodrigues que passará a deputada efetiva.

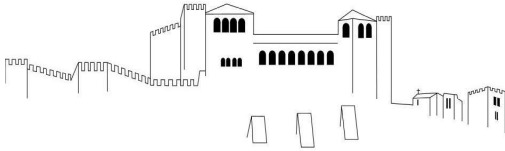
Referiu ainda os senhores deputados que solicitaram a sua substituição na sessão e enumerou os seus substitutos.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, fez saber que existia uma ata referente à sessão anterior (que foi disponibilizada a todos para leitura na área reservada da Assembleia Municipal) para aprovação, submetendo à apreciação a ata n.º 7/2020, referente à sessão extraordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2020.

A ata foi aprovada **por maioria, com uma abstenção** (Junta de Freguesia do Coimbrão).

Continuando a sua intervenção o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, lembrou que o Decreto-Lei 23/2019, de 30 de janeiro, concretizou a transferência de competências no domínio da saúde para os órgãos municipais, para as entidades intermunicipais. De acordo com o artigo 7º o Município de Leiria durante o ano passado iniciou a elaboração da estratégia municipal de saúde do Município de Leiria. Referiu que para a elaboração deste documento estratégico foi criado um grupo de trabalho constituído por elementos da Câmara Municipal, do IPL e do ACES Pinhal Litoral encontrando-se neste momento em fase de finalização tendo ainda de ser aprovado no Conselho Municipal de Saúde, conselho esse do qual o Presidente da Assembleia Municipal faz parte, e que há-de ser presente à próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal (abril). Nesse sentido, e a exemplo do que foi feito em tempos com a Carta Educativa, foi proposto pela senhora Vereadora Ana Esperança a realização de uma reunião com o presidente da Assembleia Municipal e todos os líderes dos grupos municipais para apresentação prévia do projeto. Fez saber que serão convocados na próxima segunda-feira, por e-mail, para uma reunião que terá lugar no próximo dia 18 de fevereiro, pelas 18 horas e por videoconferência, com o intuito de apresentar e debater este documento.

De seguida, fez saber que, tal como tem vindo a ser feito em outras Assembleias Municipais, e de modo a não retirar aos munícipes o seu direito a usar da palavra na



Município de Leiria
Assembleia Municipal

sessão, também a Assembleia Municipal de Leiria permitiu a sua inscrição, não tendo havido qualquer inscrição.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, Deu início ao período "Antes da Ordem do Dia".

******* PERÍODO "ANTES DA ORDEM DO DIA" *******

PROPOSTAS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES

Voto de Pesar Eng^o António Cardoso e Cunha (Apresentado pelo PSD/MPT)

Transcrição:

"António Cardoso e Cunha, nasceu em 1933, em Leiria e faleceu, no passado mês de janeiro, aos 87 anos.

Engenheiro na indústria química, foi militante destacado do Partido Social Democrata, pelo qual foi eleito deputado à Assembleia da República. Nos primeiros dois governos, VI e VII Governos Constitucionais, formados pela Aliança Democrática foi Ministro da Agricultura e Pescas, sendo primeiros-ministros Francisco Sá Carneiro e Francisco Pinto Balsemão.

Em 1986 foi o primeiro português nomeado para o cargo de Comissário Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, permanecendo nesta função até 1993. Primeiro, foi-lhe atribuída a pasta das Pescas, até que, em 1989, passou a ser o comissário responsável pelas áreas das Pequenas e Médias Empresas, Artesanato, Comércio, Turismo e Economia Social, Pessoal e Administração e Energia.

No final dos anos 1990 exerceu funções como comissário da Expo'98 e de administrador de empresas adjacentes ao evento, como a Parque Expo.

Foi, em seguida, presidente do Conselho de Administração da TAP, tendo saído do cargo em 2004, ano em que lhe sucedeu Fernando Pinto.

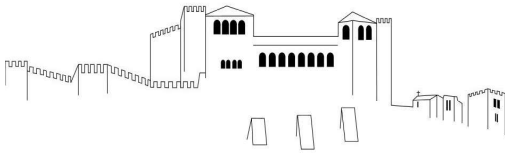
Foi ainda, agraciado, em 1993 com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique e em 1998 com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Atendendo à figura deste Leiriense, que deu um forte contributo ao país, nomeadamente nas áreas de economia, assuntos marítimos e das pescas, supracitados, a Assembleia Municipal de Leiria formula um voto de pesar do qual deverá ser dado conhecimento à Família."

Não havendo oposição ao proposto o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, submeteu o Voto de Pesar à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

Voto de Pesar Dr. Joaquim Emídio Faria (Apresentado pelo PS e PSD/MPT)

Transcrição:



Município de Leiria Assembleia Municipal

"Joaquim Emídio Sequeira Faria nasceu em 1925, em Leiria, onde viveu até aos 17 anos, altura em que se mudou para Lisboa para dar continuidade aos estudos e ingressar no curso superior de Economia. Cultivado pelos pais, a educação e os estudos representaram sempre uma prioridade na sua infância e adolescência.

Após a conclusão da licenciatura no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, da Universidade Técnica de Lisboa, o economista foi convidado pelo pai Emídio Oliveira Faria a regressar a Leiria. Em 1950 juntou-se à SIVAL – Sociedade Industrial da Várzea, Lda., onde, a par com o seu irmão Fernão, desenvolveu vários projetos inovadores que representaram um novo capítulo na empresa. Um dos passos mais importantes foi a aquisição, na década de 60, de equipamento industrial altamente sofisticado que fez evoluir exponencialmente a dinâmica de produção.

Em 1961 funda a SIGEL – Sociedade Comercial e Industrial de Gesso, que juntava a maioria dos fabricantes nacionais de gesso e que tinha com o objetivo agregar todas as vendas através de uma única entidade, eliminando assim o preço como fator concorrencial.

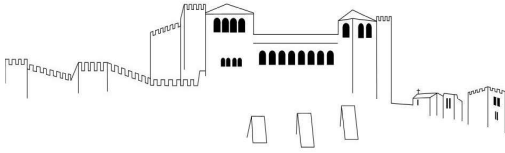
No início da década de 60, e com o negócio dos gessos estabilizado, desempenha um importante papel na aposta numa segunda área de negócio, os plásticos, dentro da área dos tubos e acessórios em polietileno de baixa densidade. E é em 1962 que é criada a fábrica dos plásticos com o objetivo de produzir, por extrusão, tubos para transportes de líquidos, e mais tarde tubos para cabos.

Durante anos fez parte da direção da APIP – Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos.

Homem de negócios, Joaquim Emídio Faria dedicou-se também à política, à educação e ao desenvolvimento social, com especial enfoque para a Região Centro. Cedo foi nomeado como Administrador da Câmara de Falências do Tribunal de Leira, passando mais tarde para a Comissão de Planeamento da Região Centro, em representação do distrito de Leiria, onde permaneceu vários anos. Em 1973 tornou-se deputado na Assembleia Nacional.

Pertenceu à Comissão Instaladora do Instituto Politécnico de Leiria, onde esteve entre 1985 e 1988, acumulando funções com a Presidência da Comissão Instaladora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, onde esteve até 1995, dando um importante contributo para a expansão da ESTG-Leiria, não só no desenvolvimento das instalações como na implementação dos primeiros cursos.

Ao longo da sua longa carreira profissional foi distinguido publicamente por diversas entidades, incluindo distinções de mérito e de carreira."



Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD/MPT

Começou por dizer que na qualidade de elemento da comissão instaladora do IPL fez equipa com o Dr. Emídio Faria entre outubro de 88 e novembro de 95.

Fez saber que o senhor Dr. Faria tomou posse como membro da Comissão Instaladora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) em abril de 1987, cargo que desempenhou até novembro de 95. Referiu que o seu dinamismo à frente da comissão instaladora da ESTG foi fator dominante para o brilhante futuro da escola. A sua longa experiência como gestor industrial de sucesso foi determinante para que a escola se desenvolvesse como uma escola virada para a indústria e para o meio exterior.

Afirmou ser com muita saudade que viu partir um inestimável ex-colaborador com o qual a ESTG do IPL conseguiu ter um futuro brilhante.

Não havendo oposição ao proposto o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, submeteu o Voto de Pesar à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

Continuou a sua intervenção dando conta do falecimento do pai do senhor deputado João Cunha – senhor Prof. Arnaldo Cunha - durante o período entre as duas sessões. Apesar de a Mesa ter apresentado os seus sentimentos quando teve conhecimento do seu falecimento propôs apresentar um Voto de Pesar em nome da Assembleia Municipal.

Voto de Pesar Prof. Arnaldo Freire da Cunha (apresentado pela Mesa)

Transcrição:

"Faleceu no dia 20 de janeiro último, com 89 anos, o senhor professor Arnaldo Ferreira da Cunha.

Natural de Coimbra foi Professor em Almagreira, Caldelas e Marrazes.

Nos Marrazes, onde chegou em 1959 e viveu durante vários anos, lecionou múltiplas gerações até 1992, ano em que se aposentou.

Para além dos jovens de Marrazes, ensinou também os adultos desta localidade, tendo lecionado também na Telescola de Colmeias.

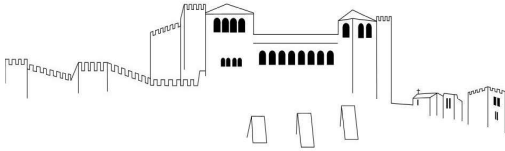
Nos Marrazes distinguiu-se também como Juiz de Paz, sócio da Filarmónica de Santiago dos Marrazes, e do Sport Clube Leiria e Marrazes.

Foi responsável nos anos 60 pela mobilização das crianças na ajuda à construção do Parque de Jogos deste Clube Desportivo.

Fez parte da estrutura distrital de Leiria fundadora do Sindicato dos Professores da Zona Centro.

Foi sócio da Sociedade de Língua Portuguesa e da Sociedade Portuguesa de Matemática.

Autor do jogo didático "Aprenda História Jogando" editado pela Porto Editora.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Foi sócio fundador da SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, da ADLEI – Associação para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura e da Associação Social-Democrata de Leiria.

Em sua casa nasceu o Jornal de Leiria, tendo estado na sua fundação, assumindo a responsabilidade da revisão dos textos daquele jornal.

Foi distinguido pelo Município de Leiria, com a atribuição do Galardão Municipal.

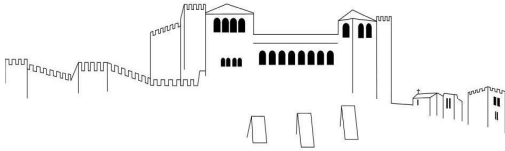
A Assembleia Municipal de Leiria reunida em 12 de fevereiro de 2021, manifesta sentidos pêsames pelo desaparecimento duma figura que se distinguiu pela sua inestimável intervenção cívica e educativa ao longo de várias décadas.”

Não havendo oposição ao proposto o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, submeteu o Voto de Pesar à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

No seguimento deste Voto de Pesar o senhor deputado João Cunha pediu para se dirigir à Assembleia Municipal. Começou por agradecer, em nome da toda a sua família, toda a solidariedade que lhes foi transmitida, quer pelo senhor Presidente da Câmara, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, quer por tantas outras pessoas que pelas diversas vias lhes fizeram chegar esses votos de pesar. Referiu que o seu pai lutou pela democracia, gostando, naturalmente, de estar aqui presente de viva voz. Reconheceu estarem todos sensibilizados ficando a dádiva que ele deu à sociedade como exemplo, principalmente nas gerações que ensinou.

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, referiu que ao longo deste mandato foram vários os progenitores de deputados que desapareceram. Contrariando um pouco essa tendência disse não querer deixar passar um acontecimento merecedor, na sua opinião, de um Voto de Congratulação porque também neste mandato tiveram uma boa notícia que lhe parece até um caso inédito na Assembleia Municipal de Leiria – uma das deputadas da Assembleia foi mãe. Fez saber que a deputada Daniela Sousa no fim do ano de 2020 foi mãe de uma menina à qual desejou as maiores felicidades, embora tenha nascido num ano de que ninguém se irá esquecer. Referiu ter já essa experiência na sua própria família pois a sua mãe nasceu há cerca de 100 anos, durante a gripe espanhola.

A senhora deputada Daniela Sousa agradeceu o gesto, do qual não estava à espera. O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, voltou a referir que este foi um acontecimento único na Assembleia Municipal por dois motivos. Primeiro porque ao logo dos anos havia muito menos mulheres como deputadas e depois as que provavelmente existiam não eram jovens. Continuou dizendo que como já fez parte de inúmeras Assembleias Municipais não se recorda de que alguma vez tenha



Município de Leiria Assembleia Municipal

acontecido uma situação semelhante sendo por isso um caso maravilhoso para que se possam com ele congratular.

De seguida a Mesa apresentou um **Voto de Louvor** ao bailarino Leiriense António Casalinho pela sua prestação no "Prix de Lausanne".

Voto de Congratulação e Louvor

Transcrição:

António Casalinho, leiriense, de Santa Eufêmia, com 17 anos de idade será já o maior embaixador que Leiria teve por esse mundo fora.

Todas as notas biográficas sobre ele que correm mundo, assinalarão o país e a localidade de nascimento, assim como a Academia onde teve a possibilidade de ser descoberto como um dos maiores talentos mundiais para a Dança.

Na semana passada, no conceituadíssimo certame do Prix de Lausanne, foi laureado com a medalha de ouro, correspondente ao 1º prémio, que lhe dá ainda direito a uma bolsa de estudo internacional, num dos Conservatórios mais relevantes a nível mundial; ganhou, ainda, ex aequo, o prémio da melhor interpretação contemporânea.

Estes prémios mais recentes em conjugação com: Varna (2018) - Special Distinction e Prémio Emil Dimitrov (Bulgaria); Youth America Grand Prix (2019) (EUA); Grand Prix - IBCC (International Ballet and Choreography Competition) - (China, 2019), torna-o o único bailarino a vencer os quatro principais concursos internacionais de ballet.

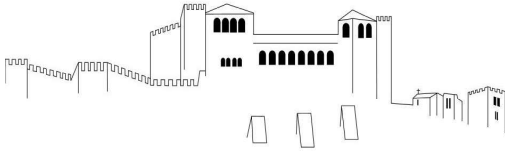
Naturalmente, este facto tão extraordinário para um bailarino tão jovem, tão dedicado ao estudo e com um trato humano de enorme afabilidade e genuína simpatia, é merecedor do nosso orgulho como leirienses e dos nossos parabéns que, naturalmente, também caberão aos pais Luís e Anabela que lhe permitiram e estimularam a sua realização como grande talento para a Dança.

Também a Academia Internacional Annarella Sanchez tem sabido promover jovens talentos como o António, trazendo grande notoriedade a Leiria, nesta arte performativa, por todo o país e além-fronteiras.

Por isso, também está de parabéns, tal como outros professores notáveis, vários estrangeiros de renome, para além de outros acompanhantes técnicos fundamentais para o desempenho a capacitação física do jovem António, como o fisioterapeuta leiriense Rui Faria, que são fundamentais para o brilho atingido por um bailarino de 17 anos de idade, como o António Casalinho.

Por tudo isto, o simbolismo deste reconhecimento por parte dos leirienses, propõe-se que a Assembleia Municipal de Leiria aprove um voto de congratulação e louvor."

Não havendo oposição ao proposto o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, submeteu o Voto de Congratulação e Louvor à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, deu a palavra aos senhores Presidentes de Junta.

Intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Santa Eufémia e Boavista – Mário Rodrigues

Transcrição:

"Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,

Senhor presidente da Câmara Municipal,

Em Vossas Excelências cumprimento todas e todos.

Venho aqui felicitar o António Casalinho pelos seus enormes feitos, como é exemplo o recentemente vencedor do "Prix de Lausanne", que muito dignifica Leiria e o País e enche de orgulho a população da Freguesia de Santa Eufémia e Boa Vista.

E é em nome e em representação da Freguesia de Santa Eufémia e Boa Vista que nos congratulamos pelo voto de louvor, justamente, aqui apresentado e unanimemente aprovado por esta Assembleia.

Muito obrigado, António Casalinho.

Disse!"

Intervenção da senhora Presidente da União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira – Céline Gaspar

Transcrição:

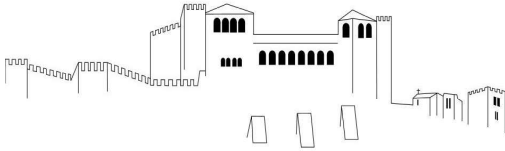
"Boa noite

Permitam-me que nas pessoas do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente da Câmara Municipal cumprimente todos aqueles que participam nesta sessão.

Um cumprimento também a todos os leirienses que nos acompanham em direto através do Facebook.

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, quero hoje deixar reconhecido nesta sessão o enorme apreço que temos para com todos os cidadãos envolvidos nas estruturas de apoio aos idosos da nossa Freguesia, extensível naturalmente a todas as entidades do Concelho que naturalmente vivem um contexto idêntico neste período de pandemia.

Na nossa Freguesia, temos três estruturas que, ao longo destes meses, têm vivido momentos de momentos de grande dificuldade, momentos de enorme responsabilidade e consideramos que deve, em todos os momentos possíveis, ser reconhecido o seu trabalho. Sabemos que todo o trabalho desenvolvido tem implicado enormes sacrifícios por parte dos colaboradores destas estruturas que, mais do que funcionários, têm sido elementos fundamentais para a segurança dos nossos idosos institucionalizados ou com apoio domiciliário.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Neste contexto, queremos, através da experiência da nossa Freguesia, deixar uma palavra de esperança a todas as famílias. Numa das estruturas de apoio a idosos da nossa Freguesia, a Casa de Repouso da Carreira, duas colaboradoras voluntariaram-se para ficar ao serviço 24h por dia até ao dia em que fosse administrada a segunda dose da vacina da Covid-19. Perante o aumento exponencial de casos, estas duas colaboradoras, acima das suas famílias, colocaram a segurança dos idosos da instituição para a qual trabalham. Paula Costa e Cláudia Pereira são duas heroínas sem capa.

Nelas e no seu espírito altruísta a bem do coletivo, quero dizer-vos que reconhecemos e que valorizamos todas, sem exceção, as colaboradoras dos nossos lares e IPSS porque, de uma forma, ou de outra, fazem sacrifícios na sua vida pessoal em prol do bem e segurança dos nossos idosos. A todas as colaboradoras do Centro Social Nossa Senhora da Piedade, da Residencial Bem-estar da Carreira e da Casa de Repouso da Carreira, deixo, em meu nome pessoal e em nome do executivo, o nosso enorme agradecimento e apreço pelo trabalho que sempre realizaram nestas instituições, mas sobretudo neste último ano em que a incerteza do amanhã tem tomado proporções que jamais imaginávamos viver nesta geração.

Protejam-se. Pelos vossos. Por todos.

Obrigada"

Concluídas as intervenções dos senhores Presidentes de Junta o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, solicitou uma vez mais aos senhores deputados que pretendam intervir que falem mais perto do microfone porque aquilo que se ouve durante a sessão muitas vezes não fica tão bem na gravação dificultando a elaboração da ata,

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, deu início ao período Antes da Ordem do Dia.

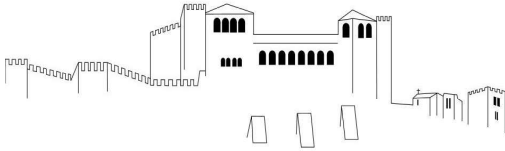
******* PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA *******

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

Vai fazer no próximo dia 15 de Fevereiro 90 anos que foi fundado o Avante!, o órgão central do PCP e o segundo mais antigo periódico português em publicação.

Desde o momento fundador em 15 de fevereiro de 1931 em clandestinidade por força da ditadura, superou com êxito desafios e obstáculos da maior complexidade. Nesta já longa existência é o que sempre foi desde sempre: o porta-voz dos direitos e aspirações dos trabalhadores e do povo português e da luta pela democracia e o socialismo.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Lembramos que, na clandestinidade, durante a longa noite fascista, Leiria, em Marrazes, acolheu uma tipografia clandestina.

No próximo dia 6 de março passam 100 anos desde a fundação do PCP. O mais antigo e o único partido que a ditadura fascista não conseguiu vencer. Pelo contrário, numa luta tenaz de combatentes que se agigantaram em heroísmo, foi o PCP a força que mais decididamente contribuiu para derrotar o fascismo e instaurar a liberdade, levar a cabo a descolonização e instituir a democracia, de que é força fundadora.

Os enfermeiros do Centro Hospitalar de Leiria vieram publicamente, através de uma ação conduzida pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses junto dos utentes do Hospital, alertar «contra as dificuldades para a gestão e organização da prestação de cuidados, o desequilíbrio da distribuição e de duração das jornadas de trabalho diárias».

O PCP, solidário com os enfermeiros, considera, como tem reiteradamente afirmado, que é necessário reforçar os quadros dos trabalhadores da saúde e que para tanto o Ministério das Finanças deve autorizar sem mais delongas a realização da despesa com novas contratações.

A Câmara resolveu presentear a Assembleia com um documento a que chamam reflexões estratégicas, um título que é uma espécie de retirada envergonhada do espantoso triunfalismo inicial. Muito dinheiro para tanta falta de novidade.

Como em tempo afirmámos, nada mais é do que a base do programa eleitoral do PS. Nem sequer chegou ao patamar de plano. Valha a confissão de impotência para o efeito e perdoe-se o ridículo da proposta de um "gugenheim" na confluência do Lena com o Lis, em pleno leito de cheia, solos de aluvião e subsolo com enormes caudais de água.

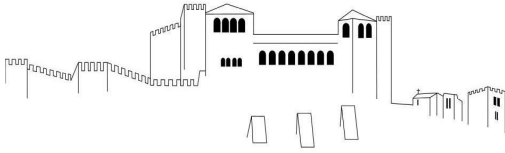
Apesar das saídas de vários técnicos qualificados ao longo destes últimos anos, sendo a última precisamente a da chefe do serviço de planeamento do território, por razões que a razão desconhece, acreditamos que o Município ainda detém entre os seus quadros técnicos com as capacidades e valências necessárias para conduzirem os trabalhos de elaboração de um instrumento consistente e mais eficaz.

Finalmente, saudamos o êxito de António Casalinho e do Conservatório Internacional de Ballet Annarella Sánchez. Êxito que, para além do talento, só é possível ter sido obtido pela dedicação e por muito trabalho do próprio e dos seus professores e do coletivo de trabalhadores do Conservatório.

Intervenção do senhor deputado Paulo Pedro – PS

Cumprimentou todos os presentes.

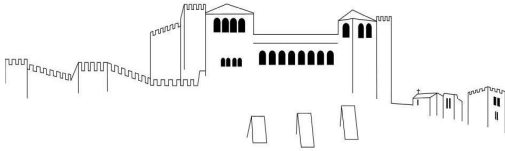
Começou a sua intervenção referindo que o assunto que pretendia abordar foi já anteriormente abordado na sessão de dezembro passado. Disse considerar importante voltar-se a discutir o assunto na Assembleia devido ao fato do Ministro do Ambiente e da



Município de Leiria Assembleia Municipal

Ministra da Agricultura terem falaram acerca da ETES das suiniculturas da região de Leiria.

Afirmou que o déficite ambiental da nossa região e do vale do Lis em particular depende sobretudo do setor suinícola, mas não só. Disse que os aviários, cujas infestações de moscas têm resultado sobretudo dos estrumes com ciclos seguidos de chuva e sol são autênticas incubadoras de larvas de moscas, algo que já foi constatado em muitas das freguesias rurais. Relativamente às suiniculturas recordou ter ouvido há cerca de 30 anos numas jornadas da Oikos, um dirigente associativo do setor dizer frente a várias entidades que ou lhes pagavam para tratar ou ia tudo parar ao rio. Continuou dizendo que desde aí a filosofia de alguns empresários desse setor não mudou muito, no entanto, existe quem seja cumpridor. Na sua opinião compete ao governo apresentar e estabelecer uma estratégia de tratamento ou aproveitamento desses resíduos agropecuários, mas não obrigatoriamente a responsabilidade e o financiamento para tal, assim como não faz para as famílias e restantes setores económicos que têm de assegurar o pagamento do tratamento de resíduos e efluentes, não se perceberia que para o setor suinícola fosse diferente. Referiu que já algumas vezes nesta Assembleia se ouviram dúvidas acerca da efetiva utilidade da ETES para resolver todos os problemas provocados pelo setor suinícola no vale do Lis. Disse não acreditar nela pois provavelmente gastar-se-iam muitos milhões para a sua construção e depois não seria utilizada. Afirmou que os problemas manter-se-iam dado que uma parte deste setor nunca quis esta ETES. Disse ainda ter-se recentemente assistido a algumas declarações, nomeadamente do ministro do Ambiente e da ministra da Agricultura, acerca deste problema, nomeadamente dizendo que o Governo pondera abandonar a ideia da construção da ETES. Referiu que nessas declarações sublinha a seguinte frase: "...sem compromisso que, aliás, falhou muitas vezes no passado e os interlocutores são os mesmos, não há razão para a construção desta estação...". Disse não poder estar mais de acordo pois há 30 anos que os vê falhar compromissos. Afirmou não concordar com a maneira como o ministro do Ambiente divulgou a intenção de abandonar a construção da ETES dado que foi anunciado durante uma visita ao Pinhal de Leiria, sem respeitar os interlocutores principais destes problemas, as autarquias, sem apresentar a estratégia de aproveitamento contrariando aquilo que tinha dito anteriormente. Disse que alguns Presidentes de Câmara fizeram sentir este respeito, nomeadamente Leiria e Batalha, os concelhos mais afetados por este problema. Continuando a sua intervenção disse esperar sinceramente que a estratégia nacional para os efluentes agropecuários e agroindustriais seja divulgada rapidamente para ser discutida e implementada. Afirmou ser também obrigatório que o Governo repense a legislação destes crimes ambientais, dado que dos vários autos levantados pelas autoridades nunca se ouviu falar de condenações efetivas destes prevaricadores,



Município de Leiria
Assembleia Municipal

alguns deles em reincidência parecendo que os subterfúgios jurídicos são constantemente utilizados para impedir condenações.

Concluiu dizendo querer congratular-se com a decisão da Câmara Municipal de Leiria em criar uma equipa de vigilantes ambientais para auxiliarem as autoridades competentes e fiscalizadoras nestas áreas e ser mais um motor para, em tempo útil, detetar e obter provas destes crimes.

Intervenção da senhora deputada Margarida Castelão – PSD/MPT

Transcrição:

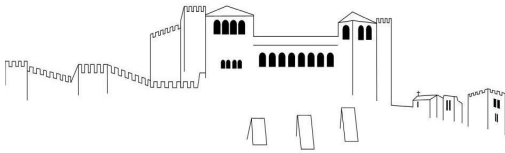
"Leiria é uma cidade dominada pelos interesses da construção e onde a deficiência de verde é notória", lê-se no documento de reflexão estratégica Leiria 2030.

A falta de espaços verdes em Leiria é cada vez mais notória. De facto, a cidade de Leiria possui dois pequenos parques, o jardim de Camões e o parque da Almoinha que se ligam por um corredor, o Polis, é tão estreito que teve de ser encerrado devido à situação pandémica. Noutras cidades interditaram-se os bancos de jardim para evitar a aglomeração de pessoas nessas zonas, mas permite-se a circulação de pessoas nos parques. No caso de Leiria, sendo o Polis um corredor optou-se por fechar, pois a faixa destinada à circulação de pessoas é tão estreita que impede a circulação fluida de modo a cumprir as distâncias mínimas de segurança neste contexto pandémico. Atualmente circulam nos passeios da cidade, quem já lá circulava anteriormente, mas somam-se as pessoas que circulavam no polis para passear o seu cão, para treinar, para caminhar. Sendo que agora, neste contexto de confinamento, há muito mais pessoas a passear para o dito passeio higiénico, até porque os ginásios estão fechados.

É um sentimento geral dos munícipes da cidade de Leiria e dos que se deslocam à cidade, Sr. Presidente, a falta de espaços verdes em Leiria e a falta de um grande parque na cidade. Mais do que nunca, agora confinados, todos sentimos isto.

Acresce o facto de os melhoramentos do trajeto do Polis serem tão demorados que desde o último confinamento em março de 2020, há troços em que as obras nunca terminaram e por isso nunca reabriram. Os munícipes cada vez mais, têm um estilo de vida que passa por querer usufruir de espaços verdes e por isso é urgente dar prioridade à construção de um grande parque na cidade e não apenas fazer pequenos arranjos aqui e acolá, do que se vai degradando, que obviamente tem de ser conservado, mas é muito pouquinho para o que se pretende. Ainda assim há espaços que estão ao abandono, como a Mata dos Marrazes. Esta falha foi apontada no documento de reflexão estratégica – Leiria 2030. É dito neste documento "O seu estado de degradação é notório e esta mata poderia constituir o maior pulmão da cidade". Mas está ao abandono.

O acesso ao parque do vale do Lapedo tem vindo a degradar-se e os arranjos feitos, são tão frágeis que em poucas semanas voltam a degradar-se. Ainda hoje lá passei e está de



Município de Leiria
Assembleia Municipal

novo o caminho interdito para obras. Era importante que fizessem obras cuja execução demorasse pouco tempo, mas que fossem definitivas. No acesso ao parque do vale do Lapedo, as obras têm demorado muito tempo a ser executadas e umas semanas depois da obra terminar tem de ser refeita. O acesso está permanentemente impedido.

De fato a fruição dos munícipes em espaços verdes na cidade de Leiria está muito limitada e cada vez mais limitada.

Faltou também ambição quando se projetou a ciclovia da cidade de Leiria até ao mar. Porque foi esquecido o sul do Concelho, nomeadamente a localidade das Cortes. Devia ter-se projetado a ciclovia desde a nascente do Rio Lis até à Foz. Basta fazer uma visita ao fim de semana à localidade das Fontes e verificar o elevado número de ciclistas nessa zona. É, portanto, uma necessidade projetar a ciclovia da nascente do Rio Lis até à foz do rio Lis.

As salinas da Junqueira precisam também de ser revalorizadas.

No orçamento não se advinha qualquer intenção da construção de um parque verde de grandes dimensões em Leiria, algo que é urgente. Carlos André, no documento de reflexão estratégica Leiria 2030 dá como sugestão a construção de um grande parque no ponto de junção do Lis e do Lena, mas outras soluções são possíveis e já foram várias vezes sugeridas pelos vereadores do PSD, agora e no mandato anterior, nomeadamente por mim quando fui vereadora. Mas nada foi feito ou projetado neste sentido. Como poderemos ser capital europeia da cultura com tanta escassez de espaços verdes?

É também necessária a construção de pequenos parques na cidade. Já sugerimos a construção de um espaço verde na Vila da Portela em vez da construção de edifícios, a construção de um parque junto à encosta entre a ETAR das olhavas e rotunda do hospital, ou nos campos da prisão escola, etc. Levamos anos a decidir e nunca pensamos, se quer, em projetar ou construir. Leiria merece mais e melhor no que diz respeito a espaços verdes. Os nossos filhos não puderam beneficiar deles, será que os nossos netos ou bisnetos poderão vir a beneficiar? Tudo depende da prioridade que soubermos dar a esta questão.

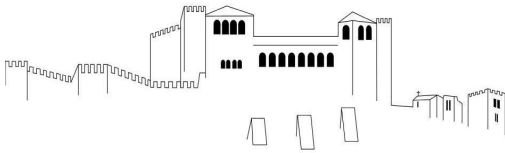
Sei que o Sr. Presidente irá dizer que fizeram arranjos aqui e acolá que construíram o jardim da Almoíña, mas Sr. Presidente isso é mesmo muito pouquinho. Como já disse, Leiria merece mais e melhor, sobretudo se temos a ambição de vir a ser capital europeia da cultura.

Muito obrigada pela vossa atenção."

Intervenção do senhor deputado Fernando Elias – PS

Transcrição:

"Muito boa noite.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Nas Pessoas do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria cumprimento todas e todos os presentes online nesta sessão, bem como os Leirienses que nos acompanham via Facebook e ainda, a comunicação social.

A minha comunicação relaciona-se com ação do Município de Leiria em articulação com as Direções dos Agrupamentos de Escolas, na atual fase do regime de ensino à distância.

O Município de Leiria, em articulação com as Direções dos Agrupamentos do Concelho de Leiria, desenvolveu um PROJETO de resposta à necessidade de material informático tendo criado um banco de material informático com 300 computadores e hotspots (acesso à internet) para gestão das necessidades identificadas pelas escolas: Centro de Recursos para a Inovação das Aprendizagens (CRIA).

Esta medida foi implementada em março de 2020, aquando do encerramento dos jardins de infância e escolas como resposta às restrições causadas pelo contexto pandémico então anunciado.

No decorrer do presente ano letivo, os materiais estiveram à disposição das escolas sempre que, em casos de isolamento profilático de alunos, fosse manifestada a necessidade para alunos do escalão A e B da Ação Social Escolar.

No momento presente, face a um novo período de ensino à distância e à semelhança das medidas tomadas em março passado, o Município diligenciou o empréstimo de TODO o material municipal disponível nos jardins de infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico, e disponibilizou de novo o banco de material informático, agora com reforço de mais 200 computadores e acesso à internet, sendo o empréstimo efetuado a partir do CRIA, sedado na Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira.

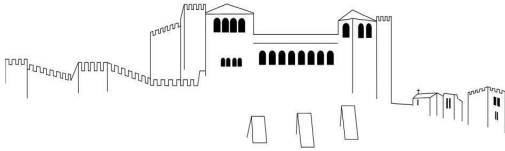
Esta ação pretende contribuir para a diminuição das assimetrias sociais, acentuadas pelo isolamento das crianças e jovens que se encontram em regime de ensino à distância e daí a manutenção da ação da equipa multidisciplinar do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), que irá manter as terapias e dinâmicas pedagógicas junto das mais de duas centenas de crianças em acompanhamento. O Município de Leiria assegura os meios tecnológicos necessários às famílias destas crianças, garantindo assim a continuidade do trabalho iniciado em setembro do presente ano letivo.

Uma vez mais congratulo-me com a visão e ação estratégicas da Vereação da Educação e do Município de Leiria e ainda, com o trabalho de cooperação e proximidade dos mesmos com os Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias do Concelho de Leiria.

Tenho dito.”

Intervenção do senhor deputado Fábio Bernardino – PSD/MPT

Transcrição:



Município de Leiria
Assembleia Municipal

"Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes.

A questão que hoje aqui trago hoje prende-se com a questão do ambiente que tarda em ser solucionada em Leiria, nomeadamente a questão suinícola e a poluição de uma maneira geral.

Percebemos mais uma vez que o atual Governo Socialista quer deixar Leiria para trás, pois através da sua Ministra da Agricultura afirmou que este problema não é uma prioridade em Leiria.

Visto que a construção da ETES também parece que não é uma prioridade para este Executivo, gostaria de saber qual é o plano da Câmara Municipal para este problema? A vossa solução é apenas criar uma espécie de polícia municipal que irá fiscalizar as descargas? Parece-me muito pouco.

E já prevendo a resposta do Sr. Presidente da Câmara que é sempre a mesma e que este é um problema que já vem de outros executivos do passado e que nunca foi resolvido, só dizer que os presidentes não herdaram problemas, pois quando se propõem para ser eleitos pressupõe-se que já tenham soluções, ainda para mais este que é um problema antigo. Culpar os antecessores é a saída mais fácil.

Outra questão é relacionada com os esgotos que estão a ir diretamente para o rio, como é o caso, por ex., da ribeira do Amparo. Qual é o plano para este problema visto que mais uma vez, quer no orçamento da CML quer no orçamento do SMAS não há grande verba para solucionar este problema?

A minha última questão é se existe da parte da Câmara alguma estratégia em termos de espaços, para as empresas que trabalham nestas matérias da recolha e tratamentos de lixos e materiais orgânicos?

Boa noite a todos!"

Intervenção do senhor deputado Acácio de Sousa – PS

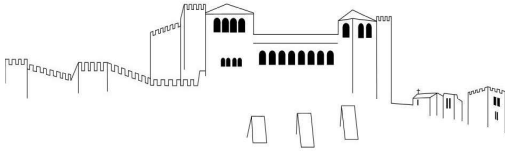
Transcrição:

"Porque por vezes, as rotinas nos distraem

Mesmo que as palavras se tornem repetitivas, o certo é que a pandemia também tem insistido na sua permanência com índices de gravidade que não prevíamos há muito pouco tempo. Se a pandemia se repete, a atenção, as palavras e os sentidos não perdem em se repetirem.

No meio de todo este drama que cria várias sequelas sociais a muitos níveis, duradouras por muito tempo, temos que continuar a olhar para aquilo e para quem, abnegadamente, se expõe e procura combater o alastramento de todas as dificuldades.

Por um lado, temos todo o programa de apoio social e económico avançado pelo Município e aprovado por nós, aqui, em A.M. que, podendo ter pormenores a reajustar



Município de Leiria Assembleia Municipal

face a este confronto com aquilo que nos era desconhecido é, sem dúvida, um conjunto de medidas de extraordinário alcance reconhecido pela generalidade dos munícipes. Também, entre outras, o centro de vacinação no estádio é exemplar.

Por outro lado, se dizemos que o país está a sofrer um rombo enorme, não nos devemos alhear, e antes, devemos reconhecer e respeitar aqueles que estão a passar por imensas dificuldades económicas, sobretudo o comércio, as empresas, muito em particular, as microempresas, o associativismo, os agentes culturais e desportivos e todos aqueles que veem os seus salários e postos de trabalho em colapso. Sabemos que voltarão com a força possível para reconstruir tudo o que agora desaba, mas até lá, o sufoco é tremendo. A estes não regateemos o que estiver ao nosso alcance para ajudar.

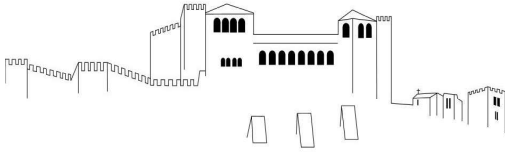
No entanto, também devemos reconhecer e exaltar quem se mantém na frente e permite que, ainda assim, a vida continue. Os profissionais de saúde nos hospitais e noutras unidades de saúde, de testagem e de vacinação, sem esquecer o pessoal auxiliar tão fundamental e por vezes esquecido, mas também os bombeiros, o pessoal dos laboratórios, os serviços de proximidade como as autarquias, em especial as Juntas de Freguesia, as escolas, os serviços de apoio social como as IPSS e ONGs e muitos outros que se continuam a expor para o quotidiano do país e de muitos de nós não entrar em colapso, tal como aqueles que garantem o acesso aos produtos alimentares e outros de carácter urgente, os que estão nas farmácias, nas lojas de apoio, nas mercearias e supermercados, no take away, nos transportes, nos correios, na limpeza pública, etc., quantos não faltarão aqui, mas para todos eles devemos transmitir o nosso aplauso e a nossa gratidão. São estas palavras que também devem caber a um fórum político como este.”

Intervenção do senhor deputado Domingos Carvalho – PSD/MPT

Cumprimentou todos os presentes.

Endereçou uma saudação muito especial a todos os que conseguiram combater e superar o covid e deixou uma palavra de enorme coragem e o abraço solidário a todos os que ainda estão a passar por essa provação, desejando uma rápida e eficaz recuperação.

Começou por colocar três pequenas questões, a 1ª das quais tem a ver com uma questão colocada na última Assembleia Municipal em que participou e seguramente por sua incapacidade não terá conseguido obter a explicação que pretendia. No que diz respeito ao saneamento básico terá questionado, face à rede de emissários de esgotos construída no concelho, qual será a percentagem de instalações, habitações e indústrias, atividades diversas que estão ligadas à dita rede de recolha de efluentes e saneamento. Disse ser um dado que desconhece e que lhe parece extremamente importante. Por outro lado, pediu ao senhor Presidente da Câmara que fizesse um ponto de situação sobre o contrato com a Liga relativa à realização de fase final da Taça da Liga em Leiria, pois desconhece o



Município de Leiria Assembleia Municipal

contrato e considera ser importante que o senhor Presidente da Câmara, além de explicar isso tivesse complementarmente a amabilidade de disponibilizar o mapa resumo da despesa programada para o estádio nos anos 2019, 2020, e obviamente 2021, bem como os mapas resumo da despesa efetiva realizada. Referiu ser um aspeto que lhe parece importante. Por último, solicitou um esclarecimento sobre o centro escolar de Marrazes, nomeadamente, qual é o ponto de situação dessa tão necessária infraestrutura.

Dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia deu mais uma vez nota de um aspeto que lhe parece começar já a ser de gravidade lamentável que é o facto de as atas disponíveis da Câmara Municipal estarem em final de junho do ano passado. Referiu serem uma ferramenta extremamente importante para que possam fazer o seu trabalho e, por isso, solicitou que houvesse um esforço no sentido de ter estas atas o mais em dia possível. Na sua opinião, nunca mais de um mês de atraso sobre a data das atas.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, dirigiu-se ao senhor deputado Domingos Carvalho dizendo que provavelmente não estivesse a dirigir-se a ele no que diz respeito à questão das atas, mas sim ao senhor Presidente da Câmara ao que o senhor deputado afirmou que por lapso terá mencionado o senhor Presidente da Assembleia, apresentando as suas desculpas pelo fato.

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

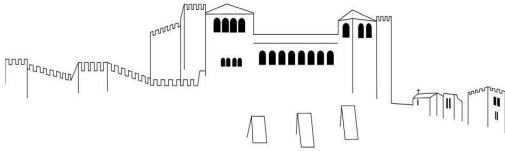
Cumprimentou todos os presentes.

Começou por dizer já ter sido referido por diversas vezes o relatório de reflexão estratégica que foi apresentado pelo Professor Carlos André, tendo inclusive já havido algumas intervenções sobre o mesmo. Afirmou que no entendimento do Bloco de Esquerda este será um documento que não se poderá esgotar nem ser discutido em “período antes da ordem do dia” de Assembleias extraordinárias. Assim, questionou se estará prevista, porque lhe parece que seria da maior importância, alguma reunião extraordinária onde lhes fosse permitido analisar e discutir tão somente esse documento com tempo, sob pena de se correr o risco de essa reflexão estratégica se transformar num programa eleitoral do PS que pensa que ninguém pretenderá.

Continuou dizendo que se não for a intenção da Câmara efetuar o agendamento dessa assembleia extraordinária, dada a prerrogativa regimental que os partidos, no seu caso o Bloco de Esquerda, possuem irá convocar uma assembleia para esse efeito.

Transcrição:

"No passado dia 10, o deputado do Bloco de Esquerda, Ricardo Vicente, questionou a ministra da agricultura a respeito da despoluição da Bacia Hidrográfica do Lis. Para além da habitual promessa de mais estudos e de aumento da fiscalização, a senhora ministra deu uma novidade: passa a ser obrigatória a existência de guias de transporte de estrumes!"



Município de Leiria Assembleia Municipal

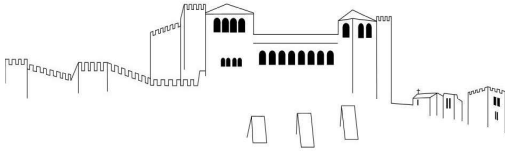
Ora, perante isto é inevitável a pergunta: sem estruturas de tratamento, para que servem as guias de transporte e o aumento da fiscalização. A ideia é acabar com a maioria das suiniculturas? É esta a solução? Por que motivo não se disponibilizam para consulta os estudos realizados pelas Águas de Portugal, para que o governo transferiu um milhão de euros e que o Bloco de Esquerda requereu há vários meses?

É evidente que o governo não tem qualquer estratégia para resolver o problema da despoluição da Bacia Hidrográfica do Lis ou, se tem, não é o que nos interessa. Mas também é evidente que podemos fazer muito mais. Por isso mesmo, convidamo-lo, senhor presidente da Câmara, a liderar este processo. Conjuntamente com os restantes municípios afetados, avançar para a solução de um problema que é não só um crime ambiental, como um grave problema de saúde pública e um enorme desrespeito pelas populações. Os efluentes suinícolas podem ter aproveitamento a jusante e ser uma fonte de receita. Mas nada se consegue sem uma estação de tratamento. Os fundos europeus perdidos, podem ser alvo de nova candidatura. Nada está, pois, perdido, a não ser a paciência das pessoas.

Em nossa opinião, uma das lições que inevitavelmente temos que tirar da situação provocada pela pandemia, é que não podemos adiar soluções para problemas nestas áreas. É preciso ganhar a dianteira, anteciparmo-nos, fazer um levantamento exaustivo de situações potencialmente problemáticas e atuar: na proteção da qualidade da água e do ar; na reorganização da mobilidade e na articulação entre os diversos territórios do concelho; no estímulo à criação de mais-valias nas atividades que forneçam produtos de proximidade; na reorganização dos serviços e da rede escolar; nos apoios sociais às famílias. Sabemos que a inauguração de uma grande obra dá melhores fotografias nos jornais do que a resolução do desperdício de água pela substituição das condutas envelhecidas; sabemos que o anúncio da distribuição de não sei quantas centenas de computadores pelas escolas tem mais impacto do que a resposta direta às carências da retaguarda familiar das crianças e dos jovens. Mas, ir atrás dos holofotes é cuidar do cenário, sem cuidar dos atores.

O vírus tem revelado uma enorme capacidade de adaptação aos problemas que lhe temos colocado. Resta saber se sabemos responder-lhe na mesma moeda.”

Em resposta ao senhor deputado Manuel Azenha o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, comunicou que irá aproveitar a reunião agendada pela senhora vereadora Ana Esperança para o próximo dia 18 para falar com os líderes dos partidos políticos sobre a possibilidade de se levar a efeito a realização de uma sessão sobre essa matéria. Se for essa a opinião dos líderes far-se-á uma sessão extraordinária durante o mês de março cujo ponto principal ou único seja precisamente a apreciação do referido plano estratégico. Aproveitou para relembrar



Município de Leiria Assembleia Municipal

todos os senhores deputados de que se encontra junto do segurança da Câmara Municipal um exemplar encadernado do trabalho do senhor Professor Carlos André, bastando apenas identificarem-se junto do mesmo. Disse ainda que seria do interesse de todos que na referida sessão tivessem todos lido o seu exemplar para que pudessem saber sobre o que é que se está a falar. Uma vez mais disse que em princípio não será necessário o senhor deputado utilizar o seu direito pois será a Mesa a tomar essa iniciativa

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, deu início a uma segunda ronda de intervenções.

Intervenção do senhor deputado Fábio Joaquim CDS-PP

Cumprimentou todos os presentes.

Referiu que as intervenções que o antecederam tocaram nos assuntos que pretendia questionar. Expressou a sua solidariedade e da bancada do CDS-PP relativamente à questão colocada sobre o documento de reflexão estratégica para Leiria. Disse já terem o documento em sua posse e acompanham a necessidade do agendamento da discussão em sede de Assembleia Municipal relativamente a este tópico porque apesar do documento estar esteticamente muito bem conseguido, segundo as suas contas, está-se a falar de um documento que custou ao erário público, aos munícipes, sensivelmente duas dezenas de euros por página. Agradeceu também ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia ter feito as dobras e dizer que tomará a iniciativa de colocar esta questão em reunião de líderes. Afirmou gostar de ouvir diretamente o senhor Presidente da Câmara sobre esse assunto pois foi também daí dessa sede que foi dado o pontapé de saída para esta reflexão estratégica.

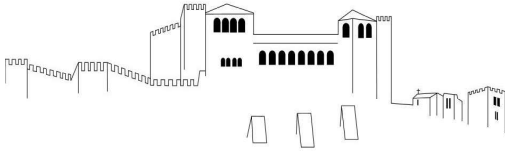
Questionou ainda, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, sobre o tópico das ETES e da construção da ETES. Perguntou se não acha honestamente que Leiria está a ser vedada da entrada no pacto ecológico europeu, a sua participação proativa no futuro dos processos de regularização e o que é que tenciona fazer daqui para a frente.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, referiu que se se realizar uma sessão da Assembleia Municipal o senhor Presidente da Câmara estará com certeza nessa reunião.

Intervenção do senhor deputado Renato Cruz – PS

Cumprimentou todos os presentes.

Começou por dizer que gostaria de congratular Leiria e toda a comunidade pelo grande evento que ocorreu em janeiro no estádio municipal, a Final Four da Taça da Liga. Mencionou alguns números que são públicos e que gostaria de não deixar passar em branco. Disse que a primeira meia-final teve um share em canal aberto de 2,1 milhões de pessoas. A final obteve também números muito aproximados tendo a própria segunda meia-final sido o encontro nacional mais visto desde 2015, o que permitiu levar o nome



Município de Leiria Assembleia Municipal

de Leiria a todo o mundo. Continuou dizendo que sendo este um evento que ficou amputado daquilo que era a sua essência, a presença de público e a envolvência de toda a sociedade de Leiria, congratula-se pelo facto de a própria Liga ter anunciado durante o evento que há mais um ano, ou seja, o evento será prolongado até 2024. Aproveitou para deixar o desejo de que em janeiro próximo possamos ter um maior envolvimento no evento. Referiu ainda que o tecido económico leiriense será claramente beneficiado, será uma festa em que toda a gente estará envolvida e será um evento bastante importante para a retoma económica de que tanto se vai precisar.

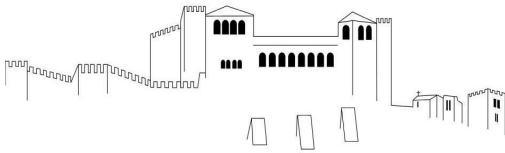
Intervenção do senhor deputado **Domingos Carvalho – PSD/MPT**

Começou por dizer que as intervenções dos deputados Paulo Pedro e Acácio de Sousa sobre a construção da ETES referiram um aspeto que, na sua opinião, tem de ser claramente contraditado. Disse que uma das afirmações que foi feita incorre num erro grave de bases. Referiu que aquilo que está em causa é a necessidade de se ter uma solução para as múltiplas empresas que laboram nessa área necessitando todos da resolução deste problema. Continuou dizendo que a ETES, a ser construída, deverá ser com dinheiro cuja parte significativa virá da União Europeia e obviamente do Estado, porque é um aspeto que é fundamental e que aqui foi enrolado na questão. Defendeu ser evidente que quem produz, ou seja, os donos das explorações que produzem os efluentes terão de pagar a taxa de tratamento correspondente, da mesma forma que acontece com os cidadãos que têm ligação aos esgotos e pagam uma taxa de tratamento dos efluentes. Disse não se estar a falar de “dar a borla” a ninguém, mas sim de uma questão de relevo que afeta um aspeto importante da economia local, em que o investimento público terá a contrapartida da cobrança do tratamento dos ditos efluentes. Referiu ter de ser desta forma pois é assim que acontece com tudo, seja com a luz, com a água ou com o saneamento. Neste caso é fundamental que assim seja pois deve ser da mesma forma que as indústrias também têm os seus efluentes que deitam para os esgotos e depois são tratados pagando a respetiva taxa. Referiu considerar isto tão linear que lhe fez confusão que se tenha tentado colocar a questão como se houvesse uma “borla” para alguém, algo que não existe nem poderá existir.

Intervenção do senhor **Presidente da União de Freguesias de Marrazes e Barosa – Paulo Clemente**

Cumprimentou todos os presentes.

Referiu querer responder à senhora deputada Margarida Castelão que disse que a Mata de Marrazes se encontra ao abandono. Esclareceu ser completamente falso e revelador que desconhece o trabalho que tem sido feito pela Junta de Freguesia em prol daquela Mata. Aproveitou para informar que a Junta de Freguesia possuiu diariamente um funcionário a trabalhar naquele espaço para, de algum modo, minimizar a existência das espécies



Município de Leiria Assembleia Municipal

infestantes existentes. Disse ainda que a Junta de Freguesia fez várias ações para toda a população nunca tendo visto nenhum membro do PSD a intervir nas mesmas. Terminou dizendo que se querem mesmo cuidar da Mata de Marrazes e se querem que seja a sua bandeira também devem contribuir para que aquele local seja um pulmão da cidade.

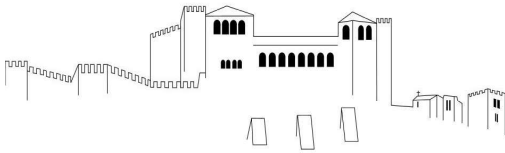
Intervenção da senhora Presidente da União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira – Céline Gaspar

Relativamente à intervenção da senhora deputada Margarida Castelão esclareceu que o processo das Salinas da Junqueira é um processo que acompanham desde que estão na Junta de Freguesia e na Câmara Municipal e para o qual foi feito um projeto que não prevê só uma intervenção no espaço físico, mas também um projeto associado de manutenção e desenvolvimento de atividades nesse local. Aproveitou para dizer também que a obra física encontra-se neste momento em processo de adjudicação sendo uma realidade em breve o início da execução desse projeto que foi concretizado pela Junta de Freguesia e pelo Município de Leiria. A obra neste momento foi lançada pela Câmara Municipal estando em processo de adjudicação, algo pelo qual se congratulam e desejam que seja uma realidade em breve.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes

Cumprimentou todos os presentes.

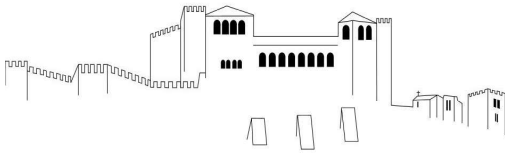
Começou a sua intervenção falando sobre o documento de reflexão estratégica Leiria 2030. Explicou que o mesmo consiste numa reflexão estratégica para a próxima década sendo um documento que teve oportunidade de envolver e auscultar variadíssimas personalidades e instituições. Os deputados municipais foram convidados a participar e a dar também as suas sugestões de modo a enriquecer essa reflexão com as suas ideias. Referiu que a participação política infelizmente não teve a envolvência por parte de algumas pessoas que foram convidadas e não participaram nesse momento de interação e recolha de opiniões. Afirmou que o documento é um documento sempre em evolução e hoje considera estarem mais ricos em termos de pensamento estratégico do que há um ano atrás, não só porque houve esse trabalho de compilação e aprofundamento daquilo que eram as principais ideias dos documentos base de estratégia não só do município de Leiria, mas também dos documentos estratégicos de instituições tão importantes como o Instituto Politécnico de Leiria ou o próprio Nerlei, mas também da própria comunidade intermunicipal, da CCDR Centro e daquilo que é hoje o enquadramento do plano de recuperação que Portugal terá de seguir nesta fase de pós pandemia. Reforçou que o documento tem essa virtualidade, tendo-se neste período difícil que se está a atravessar por causa do covid 19, em 2020, conseguido preparar um documento que vai servir naturalmente para gerar ainda muito debate e discussão. Disse que a prova disso é que aqueles que não participaram no debate, na sua preparação, na sessão de hoje já o



Município de Leiria Assembleia Municipal

mencionaram várias vezes no período antes da ordem do dia, considerando isso um bom sinal, um sinal de democracia, de cidadania e de participação cívica quando são referidos em várias intervenções de vários partidos algumas das propostas e preocupações que estão lá sublinhadas. Na sua opinião acha que é uma vantagem, uma vitória para a democracia e para a reflexão estratégica Leiria ter um documento que pode servir de debate e de preparação de ações para o futuro. Continuou dizendo que nesse aspeto entende que as forças políticas representadas na Assembleia devem e podem em sessões futuras debater o documento de uma maneira mais cuidada com o próprio autor, como foi feito na Câmara Municipal e que mereceu a análise dos vereadores de uma maneira construtiva e fazer também, se for esse o entendimento da Assembleia, uma sessão extraordinária num futuro.

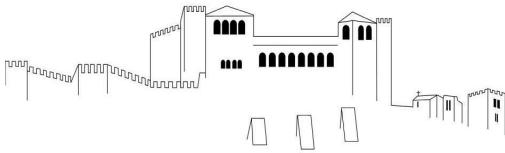
Relativamente às suiniculturas e às questões ambientais que foram levantadas, em especial as declarações do ministro do Ambiente e mais recentemente as declarações da ministra da Agricultura relativamente à construção da estação de tratamento de efluentes suínícolas e daquilo que é a mudança registada relativamente à opinião e à prioridade de construção dessa estação. Referiu que como sabem, porque foi feita em Leiria essa apresentação da estratégia nacional de tratamentos de efluentes agroalimentares e agroindustriais conhecido por ENEAPAI, essa estratégia foi apresentada e definiu como linha de prioridade a necessidade de fazer uma valorização agrícola dos efluentes produzidos por animais seguido de uma valorização orgânica, energética e depois sim, um tratamento em estação apropriado. Reconheceu que a situação de Leiria tem particularidades gravosas e extremas. Referiu o exemplo do Alentejo, onde se consegue facilmente perceber que uma grande exploração na área agroindustrial pode, através dos metros quadrados de explorações em volta, valorizar o efluente do ponto de vista agrícola devido à extensão que existe nessas propriedades. Numa situação de um concelho com o nível e com uma densidade populacional relativamente elevada, com uma propriedade de latifúndios e com pouco terreno agrícola como é o caso de Leiria, que tem quase 4 mil hectares classificados como zona agrícola, percebe-se facilmente que existe uma carga de efluentes produzidos diariamente que não conseguem ser totalmente absorvidos pelo solo existente sendo necessário encontrar soluções alternativas. Disse que o Governo assumiu que em fevereiro iria apresentar um estudo onde, no fundo, as Águas de Portugal foram encarregues de encontrar soluções no que diz respeito à capacidade instalada das estações de tratamento de resíduos urbanos, as Etar's. Referiu ser nesse aspeto que se deposita alguma expectativa na solução não integral, mas num acrescento de resolução do problema, tendo em conta que a estação de tratamento do Coimbrão já absorve uma parte dos efluentes diários, sendo esse o tipo de estudo que se aguarda juntamente com outras propostas que o Governo diz que em fevereiro irá apresentar.



Município de Leiria Assembleia Municipal

No que diz respeito às questões levantadas de natureza partidária ou governamental afirmou, uma vez mais, que estão focados nos problemas de Leiria e não nas declarações do Governo, considerando por isso que este é um assunto que será sempre colocado pela autarquia numa perspetiva dos interesses e da qualidade de vida dos Leirienses e não nos interesses e nas oportunidades partidárias do Governo, independentemente da cor política que o governe. Continuou a sua intervenção dizendo que na verdade vários governos passaram ao longo dos anos e nunca nenhum deles conseguiu apresentar soluções e concretizá-las. Disse concordar também com o fato **do papel** dever ser feito no terreno, com a envolvimento de agentes económicos, sociais e ambientais no território em concreto, sendo por isso que a estratégia que foi apresentada em Leiria identificou o concelho como concelho piloto para conseguir vencer o problema das suiniculturas. Explicou que têm mantido reuniões regulares com os Ministérios do Ambiente, da Agricultura e com a associação de suinicultores. Disse ser um processo desgastante porque tem sido de avanços e recuos sistemáticos o que obriga a um nível de compromisso e exige um nível de compromisso ambiental, empresarial que permita mobilizar não só quem tem a atividade económica, mas também todo o Governo naquilo que é o financiamento das diversas soluções que vierem a ser apresentadas no decorrer dos próximos meses. Afirmou ser neste papel que a Câmara ao longo do tempo se tem focado e agido, ou seja, fazer parte da solução porque está no terreno, não tem os instrumentos financeiros porque não compete à Câmara financiar as soluções, mas também tem um papel, e nesse podem intervir. Referiu um comentário efetuado durante a sessão a tentar desvalorizar aquilo que foi a sua intervenção no que diz respeito à criação do Serviço Municipal de Vigilância Ambiental, serviço constituído durante o mês de fevereiro e que vai ter um papel, no seu entender, de ligação com as forças de segurança para conseguir identificar, controlar e fiscalizar de maneira mais eficaz todos os agentes económicos e pessoas individuais que cometem crimes ambientais no nosso concelho podendo ajudar, não só como forma de prevenção, mas também no número de controlo, sendo aqui uma força no terreno que, infelizmente, quem fiscaliza muitas vezes não consegue por falta de recursos.

Relativamente às questões relacionadas com a falta de espaços verdes e aquilo que é a preocupação manifestada durante a sessão pelo PSD relativamente a uma série de investimentos recordou que existem poucos espaços verdes, mas existem mais agora do que no tempo em que chegaram à Câmara. Disse que antigamente existia o jardim Luís de Camões e hoje existe o jardim da Almoíña, cujo projeto tinha 25 anos de promessa e que não saía do papel, tendo sido agora construído e colocado à disposição das pessoas. Esclareceu ter sido uma obra que custou 2,2 milhões de euros, foi projetada e executada por este executivo e possui cerca de 6 hectares de espaço verde em Leiria. Fez saber que



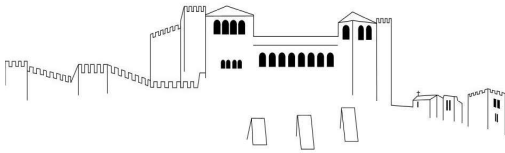
Município de Leiria Assembleia Municipal

vão ainda ser portadores de um projeto e pretendem viabilizar essa concretização do parque verde de Santa Clara que tem uma área de 8 hectares e que também foi viabilizado por esta Câmara já durante o seu mandato. Disse que se se juntarem estas duas áreas já estão a dar um contributo, em pouco tempo, muito maior do que aquele que foi rececionado pelo executivo. Afirmou que só aqui dá para perceber a preocupação, a vontade política de ter mais espaços verdes na cidade, mas também durante a sessão foi dito que a parte ambiental, a parte daquilo que é a fruição do espaço público, nomeadamente o rio Lis, é também uma prioridade. Explicou que está em curso uma 2ª fase do Polis que dentro de algumas semanas estará concluído. Afirmou que nesta fase também não é aconselhável nem é permitida a sua utilização, pois o Polis não é só usado nos passeios higiénicos pelas pessoas que vivem ao longo do Polis, mas é usado por muitas pessoas em condições normais. Referiu estar-se a falar de um investimento grande que foi preparado e planeado, uma extensão das ciclovias desde a cidade até à Vieira, num investimento que se tiver fundo comunitário chegará aos 5,6 milhões de euros com uma dimensão de ciclovia de 18 quilómetros, o que é uma obra notável e que precisa, naturalmente, de apoio financeiro para o concretizar, mas que poderá mudar o panorama ambiental e turístico do concelho.

No que diz respeito às Salinas da Junqueira esclareceu que o processo está em concurso. Em relação ao Vale do Lapedo informou que as condições climatéricas resultantes das chuvas que se fizeram sentir e o fato de ser um vale obriga a alguns cuidados em termos de intervenção, mas está previsto a obra ser retomada e concluída dentro de muito pouco tempo. Continuou dizendo que as preocupações relativamente aos espaços verdes, reconhecendo aquilo que é também a sua preocupação relativamente ao futuro, de que esses espaços serão sempre necessários para ser ampliados, a sua estratégia, a sua visão é que vão continuar a ter um investimento consolidado nesta área de modo a tornar o território mais atrativo do ponto de vista ambiental.

Relativamente ao centro escolar dos Marrazes disse que o processo de revisão do projeto está praticamente concluído sendo sua intenção levar o novo projeto já revisto à próxima reunião de câmara (não a da próxima quarta-feira, mas na outra) permitindo reabrir o concurso com um projeto muito melhorado, que ultrapassou muitas das limitações que tinha e que irá permitir ter aquela escola a funcionar depois de ser lançado novamente o concurso. Continuou dizendo que o concurso vai ter um valor de obra bastante mais elevado, não só porque os preços estão mais inflacionados, mas também porque o projeto melhorou bastante.

Abordou a questão da taxa de adesão à rede de saneamento, explicando que o concelho está coberto em 91% e a taxa de adesão a essa rede é de 77%. Disse que ainda há casas que podendo ter saneamento ainda não o têm existindo um esforço para conseguir levar



Município de Leiria Assembleia Municipal

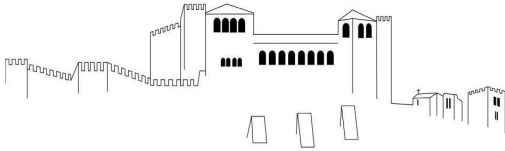
ou completar o saneamento a casas que já podiam estar servidas. Disse haver aqui um trabalho de aumento de adesão que ao longo dos anos tem vindo a aumentar podendo tomar medidas para que essa adesão cresça com maior rapidez.

Relativamente à questão das atas da Câmara afirmou que, salvo erro, na próxima reunião de Câmara vão ser aprovadas as atas. Disse ser um processo que também se tornou mais difícil uma vez que as reuniões passaram a ser digitais devendo as atas de julho ir possivelmente à próxima reunião e a seguir vão aprovar as restantes. Reconheceu ser uma necessidade pois tudo o que são decisões importantes são extraídas as respetivas certidões para poderem despachar, mas a ata é um documento total e único e esse tem de ser devidamente aprovado.

No que diz respeito às questões levantadas sobre a Taça da Liga aproveitou para deixar uma mensagem e um reconhecimento ao trabalho que foi feito para que este evento tivesse ocorrido com a segurança como correu, do ponto de vista sanitário, e com o impacto que trouxe do ponto de vista mediático e desportivo. Apesar de ter sido efetuado sem público obteve um share de audiência relativamente a uma competição dos maiores em termos desportivos nos últimos anos o que, na sua opinião, faz com que esta competição seja bastante interessante para os municípios que gostariam e que gostam de projetar a sua imagem associada ao desporto, ao lazer e à qualidade desses mesmos eventos. Afirmou que a componente de público não existiu, também não existiram as atividades exteriores, que geralmente atraem muitas pessoas e dinamizam a economia, e por isso, no processo negocial, chegou-se ao entendimento que a Liga deveria prolongar por mais um ano o contrato de permanência da competição em Leiria, ou seja, em vez de ser 3 anos passarão a ser 4 anos, uma vez que este teve as consequências da pandemia o que faz com que se consiga manter esta prova durante os próximos anos o que permitirá obter o retorno que tanto ambicionam em termos económicos, nomeadamente aquilo que é a relação com a hotelaria, restauração, comércio e também com a notoriedade junto das pessoas que admiram o desporto e em especial o futebol. Aproveitou para dizer que muito do investimento programado para o estádio e para essa competição foi também diminuído nas forças de segurança, nas questões relacionadas com o acolhimento nos eventos exteriores, tendo sido focado o investimento nas infraestruturas, na melhoria do estádio, que agora está em condições para poder receber com alguma tranquilidade durante os próximos quatro anos estas competições e outras.

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, passou para o período da "Ordem do Dia", começando por dar a palavra aos senhores deputados.

A senhora **deputada Joana Cartaxo** propôs a retirada do ponto 7 uma vez que consideram uma matéria da competência da Câmara Municipal e não da Assembleia



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Municipal. O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, sugeriu que o ponto fosse mantido apenas para tomada de conhecimento. O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, esclareceu que os pontos em concreto que a Assembleia terá que deliberar são os pontos referentes às isenções resultantes do SMAS, ou seja, quem tem competência para isentar é a Assembleia Municipal sendo por esse motivo que trazem o documento para deliberar nesses pontos específicos. A senhora deputada **Joana Cartaxo** referiu que não são apenas esses pontos existindo também a questão da saúde, ambiente, segurança educação, estando todos discriminados.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, esclareceu que o que diz é "...isenções - apreciação e votação..." votando-se aquilo para que a Assembleia tem competência, mantendo-se assim o ponto em causa.

******* PERÍODO DA ORDEM DO DIA *******

Ponto 1 - Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

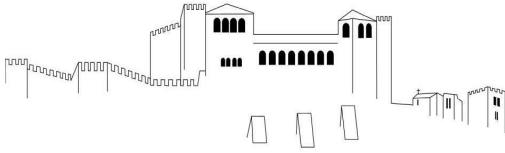
O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

Intervenção do senhor deputado João Cunha – PSD/MPT

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção referindo que, antes de entrar propriamente na questão do relatório, e com a condescendência do senhor Presidente, independentemente das razões que levaram à renúncia do deputado Luís Pinto, com o qual manteve sempre um sadio contraditório ao longo dos últimos anos, gostaria de dizer que a antiguidade de deputado municipal do ex-deputado Luís Pinto e o contributo que deu para o debate democrático não o podia deixar de realçar, independentemente das questões de ordem pessoal em que possa estar ou não envolvido que não é da conta de ninguém. Uma vez mais referiu querer deixar essa nota pois apesar das divergências profundas sobre diversos pontos de vista não podia deixar, sob o ponto de vista democrático, de fazer essa nota que lhe parece ser de registar.

Em relação ao relatório propriamente dito, solicitou esclarecimentos relativamente à área da contratação pública, onde são mencionados oito ajustes diretos em regime simplificado e um em regime excecional. Pediu uma nota mais específica sobre que ajustes diretos são



Município de Leiria Assembleia Municipal

esses, a sua justificação para que todos possam perceber a pertinência dos mesmos e, naturalmente, o alcance respetivo e a sua justificação.

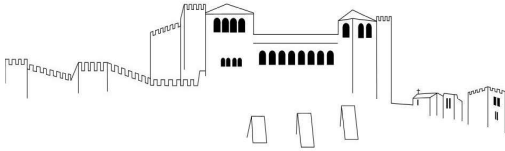
Na parte da divisão de obras municipais questionou sobre a remoção de fibrocimento com amianto em várias escolas que aí é mencionada e quantas escolas é que já foram intervencionadas, quantas é que faltam, qual é o calendário que está previsto e qual é o montante de investimento em causa. Afirmou ser importante perceber-se em que ponto está esse assunto que é realmente um ponto da saúde pública da máxima relevância.

Continuou a sua intervenção solicitando esclarecimentos sobre um projeto mencionado no relatório, onde é considerado como relevante, e que tem a ver com a construção de um parque aquático em Leiria. Pediu ao senhor Presidente da Câmara que se pronunciasse sobre a matéria e explicasse do que se trata.

Pediu também esclarecimentos sobre uma outra nota que consta do relatório, onde são mencionadas as esplanadas do concelho de Leiria, a cartografia das esplanadas covid e não covid do concelho. Quis saber em que é que consiste esta cartografia das áreas covid e não covid para que todos possam perceber sobre o que é que se está a falar.

De seguida mencionou um mail que remeteu através do senhor Presidente da Assembleia Municipal, e do qual lhe fizeram chegar uma resposta, resposta essa que tem a ver com uma matéria que já trouxe anteriormente à Assembleia Municipal que é a questão do marco da Estrada Real Nacional, nº 59, Leiria - Nazaré que terá desaparecido. Afirmou que o senhor Vereador Carlos Palheira respondeu no mail que lhe foi enviado que segundo informação da senhora Eng^a Sucena o marco encontra-se em paradeiro desconhecido desde 2014. Afirmou que essa informação é falsa porque ele próprio tirou fotografias em 2018 ao referido marco que estava no local. Referiu ser importante ir em pouco mais além da informação que dão. Esclareceu ter perguntado se já tinha sido obtida alguma informação sobre o paradeiro do dito marco e se, em caso afirmativo, o mesmo já se encontra na posse do Município, o que pela resposta concluiu que não. Questionou se foi determinada pelo senhor Presidente da Câmara ou pelo executivo municipal a abertura de inquérito municipal sobre o sucedido, se não tendo sido obtida qualquer informação sobre o paradeiro do mesmo se foi feita pelo Município a competente participação ao Ministério Público para ser aberto o respetivo inquérito judicial dado tratar-se de património histórico de grande relevância. Questionou ainda se em relação ao marco idêntico que está na estrada Leiria-Figueira da Foz junto à porta do edifício do Turismo perto do Jardim Luís de Camões, se se encontra pensada alguma diligência de salvaguarda do mesmo já que se pode correr o risco de o ver também desaparecer.

Continuou mencionando a questão do parque da Almoíña Grande dizendo que quando o senhor Presidente da Câmara fala sobre o assunto diz sempre que foi uma obra que ninguém fez senão ele, o que é verdade, mas o projeto estava feito tendo sido depois



Município de Leiria Assembleia Municipal

substituído por um projeto novo que esse sim foi depois concretizado. Esclareceu que o projeto que estava feito e pronto a ser lançado foi alterado, não se devendo por isso ficar com a ideia do parque da Almoíña Grande ter sido baseada numa proposta do elenco camarário do Partido Socialista, mas sim uma ideia que já estava devidamente trabalhada e proveniente do passado.

Terminou a sua intervenção questionando o senhor Presidente da Assembleia sobre se está prevista, no que diz respeito à transmissão das sessões da Assembleia Municipal, a possibilidade de alguma forma transferir a transmissibilidade das sessões da Assembleia da plataforma Facebook para uma plataforma própria do Município porque, na sua opinião, o fato de se estar dependente de uma plataforma que é privada e particular, com todas as questões que isso acarreta, justificaria ao Município ter os seus próprios meios para o efeito.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, dirigindo-se ao senhor **deputado João Cunha**, disse que este tinha falado muito pouco sobre o relatório em si não tendo aproveitado o "período de antes da ordem do dia" para abordar os assuntos agora mencionados. Relativamente ao último assunto que abordou esclareceu que durante o presente mandato de certeza que não vão existir alterações. Referiu que foi uma experiência e que provavelmente a sugestão que indicou poderá ser melhor, mencionando até o fato de alguns municípios o fazerem a partir de site próprio. Disse que até ao momento a Assembleia Municipal não se tem dado mal com o Facebook, que tem funcionado bastante bem e armazena todas as sessões realizadas até agora. Na sua opinião se puder passar para um sítio mais "exclusivo" não será pior, mas neste mandato não será com certeza cabendo a quem vier essa eventual alteração.

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha – BE**

Transcrição:

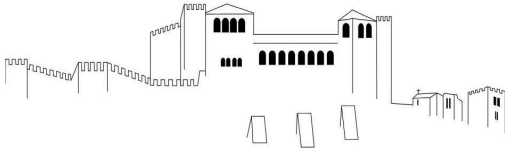
"Gostaria de me centrar num ponto específico do seu relatório e que diz respeito à divisão de desenvolvimento social.

Como o senhor presidente deve saber eu, antes desta Assembleia, solicitei à Câmara duas informações específicas, a saber:

- Quantas candidaturas haviam sido entregues, e respetivos valores atribuídos, referentes ao programa de apoio a empresários e empresas "Leiria Protege", e*
- A mesma questão relativa ao fundo municipal de emergência social.*

No que concerne ao "Leiria protege" a Exma. Vereadora Catarina Louro teve a amabilidade de me responder, o que desde já agradeço. Mas...

Quanto ao fundo municipal de emergência social, não obtive qualquer resposta, e percebo porque, é que a ação social da câmara esgota-se na proliferação de programas que não têm obtido qualquer efeito prático:



Município de Leiria Assembleia Municipal

Se não vejamos, de acordo com o relatório aqui em discussão, a Câmara deferiu:

No programa de Participação de medicamentos - 14 candidaturas;

No programa de apoio ao Arrendamento - 8 candidaturas

Programa Creche para todos - uma, uma candidatura concedida.

E Fundo Municipal de emergência social, 14 beneficiários.

Ou seja, na sua panóplia de programas de apoio social V.Exa concedeu 37, 37 apoios a munícipes...

E eu pergunto-lho Sr. Presidente, quando a câmara decide no Natal doar 805 cabazes de produtos alimentares e, passo a citar "com vista à mitigação das dificuldades de sustentabilidade das famílias" e depois aprova apenas 37 apoios sociais aos seus munícipes, não lhe parece que algo está mal?

Quando o diagnóstico social do concelho de Leiria identifica, e passo novamente a citar, "a existência de 639 crianças com idade dos 3 aos 36 meses, que aguardam vaga em resposta social creche no âmbito da rede solidária", e apenas aprova uma candidatura, uma, no programa creche para todos, isto não lhe causa estranheza?

A Câmara tem que ser proactiva nesta matéria, tem que ir para o terreno identificar quais os Munícipes que necessitam dos apoios que a Câmara tem disponíveis,

Tem que melhorar e desburocratizar o acesso a estes programas de apoio social, e principalmente;

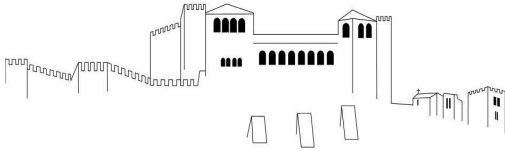
Tem de os dar conhecer aos munícipes, pois curiosamente, e pela 1ª vez, há 3 dias atrás a câmara pôs um post no Facebook sobre o Fundo Municipal de Emergência Social.

E termino com um reparo que nos devia envergonhar a todos.

De todas as candidaturas que referi inicialmente, constatei que algumas foram indeferidas liminarmente pois os candidatos tinham dívidas aos SMAS... Sr. presidente, Srs deputados, temos que retirar urgentemente esta alínea, que é de uma insensibilidade humana extrema, dos regulamentos de apoio social.

Quando uma família deixa de pagar a sua água é porque já nada tem, é porque está a precisar urgentemente de apoio e auxílio, negar acesso a programas de apoio social por as pessoas terem dívidas de água, é bater no prostrado, é imoral e nós não podemos compactuar com isto."

Relativamente à questão relacionada com os convites efetuados pelo senhor Professor Carlos André, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, disse ser algo a que o senhor Presidente da Câmara será completamente alheio e como em breve o senhor Professor irá estar presente na reunião que a Assembleia pretende agendar em consonância com ele, o senhor deputado Manuel Azenha poderá e deverá fazer essa pergunta na altura.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Intervenção do senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes

Sobre as questões levantadas pelo senhor deputado João Cunha referentes aos ajustes diretos, aos ajustes diretos simplificados e quais são, esclareceu que todos os dias estão a contratar e a fazer os mais diversos tipos de contratação. O ajuste direto é uma contratação prevista na lei e quando se fala dos ajustes diretos excecionais são aqueles que são ao abrigo da covid 19, sendo sobretudo aquisições de equipamentos de proteção individual, pc's para as escolas, podendo esse relatório, essa informação ser enviada com mais detalhe e permitindo contratar de maneira mais rápida.

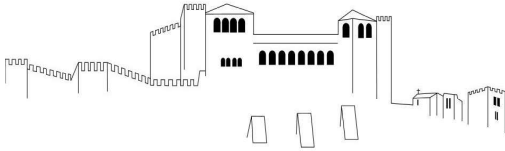
No que diz respeito às obras em várias escolas e relativamente ao amianto informou que no final do mês de fevereiro será iniciada essa tarefa de remoção cujo investimento será de 613 mil euros, mais IVA. Para além dessas escolas está também em curso o pavilhão escolar, que é também municipal, da Maceira, trabalho que consideram uma necessidade e que finalmente este ano está a ser cumprido e terá também o apoio do próprio Ministério na sua concretização em termos de financiamento.

Relativamente ao parque aquático de Leiria disse que o trabalho que tem sido feito por parte do Vereador do desporto é meramente exploratório, o qual também tem acompanhado. Afirmou que existe em Leiria o desejo de uma geração, onde ele próprio se inclui, que tinha por hábito usar uma piscina a descoberto no seu período de Verão estando por isso a fazer algumas avaliações, prospeções, contatos, não passando nesta fase de mais do que uma análise pontual nessa área.

Sobre a cartografia das esplanadas explicou que as esplanadas covid foram permitidas neste período para viabilizar o aumento do espaço comercial dos restaurantes na via pública, uma vez que viram a sua lotação reduzida. Essa abertura ao exterior permitiu no fundo aumentar o número de clientes e dar uma resposta positiva à atividade económica. Disse que como houve muitos pedidos e têm muito desse trabalho registado apenas em suporte informático estão a fazer o trabalho de sistema de informação geográfica e a incluí-los em modo de cartografia o que, na sua opinião, ficará um trabalho mais completo e mais informado.

Relativamente ao assunto do marco, apresentado pelo senhor deputado João Cunha disse ter merecido resposta da Câmara através daquilo que foi a informação dos serviços. O marco em 2014, segundo imagens que possuem do Google Maps, já não estava lá colocado na altura, ou seja, não tem propriamente a ver com a intervenção que foi realizada recentemente. No entanto, tudo farão para ter acesso a essa informação porque é um património histórico e identitário daquela estrada e têm todo o interesse em encontrá-lo e dar-lhe o devido enquadramento urbanístico.

No que diz respeito às questões levantadas pelo senhor deputado Manuel Azenha relativamente às questões sociais e às respostas que têm dado esclareceu estar-se a falar



Município de Leiria
Assembleia Municipal

de um período de relatório que é referente ao período de novembro, dezembro e janeiro, período onde há mais procura e mais respostas. Neste período, segundo informação prestada, foram essas as procuras, o que não significa que nos meses anteriores não tenham existido mais candidaturas. Afirmou ainda que quem lhes dera que não houvesse nenhuma candidatura. Infelizmente, sabem que há famílias que estão a viver com dificuldades provocadas por esta pandemia, daí terem reforçado a divulgação do fundo, não só através das redes sociais, admitindo que muitas pessoas que têm necessidades e carências se calhar nem usam este canal de comunicação, mas através das Juntas de Freguesia, da rede social. Referiu que têm pedido que colaborem na identificação de casos que sejam merecedores deste apoio e, naturalmente, não irão negar qualquer tipo de apoio. Por outro lado, afirmou existir um trabalho a fazer no que diz respeito à questão de uma das condições que é não ter dívidas com o SMAS relativamente à água. Esclareceu que estas pessoas têm geralmente tarifa social, uma tarifa mais baixa, tendo neste período ficado definido e conforme consta no tal ponto 7 que a senhora deputada Joana Cartaxo quer retirar, tendo a possibilidade de recorrer a uma moratória e assim diluir no tempo o pagamento em prestações. Caso haja dificuldade em honrar esse compromisso o que é importante é que estabeleça com o SMAS um entendimento, um acordo, ou de pagamento ou de moratória, de modo a que possa também com o devido enquadramento honrar os seus compromissos e as suas obrigações perante o Município. O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, passou à apresentação do ponto n.º 2 pois o ponto n.º 1 não carece de votação.

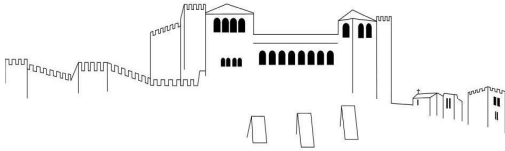
Ponto 2 – Declarações de carácter obrigatório:

Ponto 2.1. - Declarações de carácter obrigatório, no âmbito do artigo 15.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março – Para conhecimento;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu ser um assunto que decorre de uma obrigação legal não lhe parecendo merecer outro tipo de observação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, esclareceu ser uma matéria que decorre de uma determinação legal. Pela súmula podem comprovar isso e ficam também a saber que estão publicadas nos documentos que a Assembleia enviou estas declarações, declarações essas que não têm votação, mas por lei é obrigatório dar conhecimento delas à Assembleia.

A Assembleia Municipal de Leiria **tomou conhecimento.**



Ponto 2.2. - Declarações emitidas ao abrigo do artigo 15.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março – SMAS Leiria – Para conhecimento;

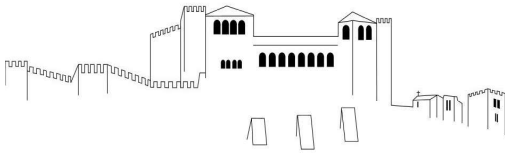
A Assembleia Municipal de Leiria **tomou conhecimento.**

Ponto 3 - Finanças

Ponto 3.1 - III Alteração Modificativa Orçamento Municipal 2021 - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes

Esclareceu que esta alteração resulta daquilo que é o saldo contabilístico da gerência anterior, ou seja, tudo aquilo que tinha sido programado executar e que não foi executado acaba por representar uma poupança. Disse que esse dinheiro é injetado nesse orçamento sendo o momento em que o orçamento aumenta em termos de ações. Afirmou que a explicação para a taxa de execução ter sido esta no ano anterior, em 2020, resulta do fato de algumas das obras terem sido planeadas e não terem sido executadas na sua plenitude, não só relativamente a prazos de planeamento, revisões de projetos, mas também porque alguns dos concursos ficaram desertos passando a existir uma necessidade de em futuros orçamentos concretizar obra de dimensão e execução eficaz e rápida. Continuou dizendo que muitas das obras de dimensão elevada fazem com que muitos dos orçamentos fiquem comprometidos não só na fase de planeamento, mas mesmo no decorrer da obra, tendo apresentado o exemplo do mercado municipal e a construção e manutenção de vias, que é uma tarefa relativamente mais simples. Disse que muitas vezes a execução da obra também sofre atrasos devido ou a erros de projeto ou dificuldades resultantes na própria obra que obrigam aos diversos atrasos. Referiu ainda que o ano transato teve também um período difícil que foi o período de confinamento geral e depois também resultante daquilo que é gerir a obra em situações de pandemia que também teve a sua consequência na fraca execução do Plano e Orçamento do ano 2020. No entanto, esclareceu que este saldo mantém um nível idêntico ao dos últimos anos o que contraria aquilo que foi uma certa suspeita de que este orçamento de 2020 teria o nível mais elevado de despesa. A verdade é que manteve o ritmo do rigor financeiro e de contas certas o que fez com que este capital mantivesse a sua transição deixando de parte algumas das afirmações que foram feitas o ano passado relativamente ao aumento da despesa. Disse também que houve um reequilíbrio não só do saldo de gerência, que correspondeu a 44 milhões, mas houve também uma atualização do montante de transferência do Estado que, aquando o orçamento calcularam um valor e agora têm a informação de que ele é ligeiramente superior em 1,6



Município de Leiria Assembleia Municipal

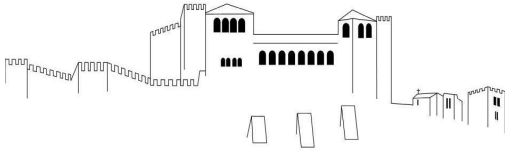
milhões euros, ou seja, o saldo que introduziram é de 45,7 milhões de euros montante esse que terá uma afetação na despesa corrente, mas a sua maioria será para despesa de capital onde têm algumas intervenções que são importantes no decorrer deste ano e onde querem reforçar, no âmbito das despesas correntes, o aumento na parte do ambiente com o reforço do trabalho da ValorLis, mas também uma aposta muito clara na construção da rede de centros de saúde com a inscrição dos centros de saúde neste orçamento, as questões relacionadas com a parte da economia e com o relançamento da economia, com a introdução de verbas para o parque empresarial de Monte Redondo, mas também para o centro de negócios no topo norte, uma obra que irá marcar a transição digital da sociedade, mas também uma forte componente na área da cultura ou apoio prioritário, nomeadamente no que diz respeito à conclusão das obras que estão em curso, a requalificação do Castelo, mas também um sinal muito claro daquilo que é a necessidade de dotar o ano de 2021 com verbas extra de apoio no âmbito do programa de mitigação dos efeitos da pandemia covid 19, algo para o qual possuem um reforço do programa Leiria Protege no apoio ao comércio no montante de 1 milhão de euros. Afirmou serem estas algumas das inscrições que fazem no plano o que representa, entre outras, uma forte aposta do Município em tentar vencer a crise, ajudando não só os setores importantes da área da saúde, economia, em especial o comércio, mas também dando uma visão muito clara relativamente ao seu futuro nas apostas que pretendem fazer na área do relançamento da economia com a conclusão do mercado municipal, com o lançamento da obra no topo norte do estádio e intervenções em zonas industriais, isto porque tudo aquilo que é a necessidade de recuperação da nossa sociedade nos próximos anos, sabendo que o processo que estamos a viver em todo o mundo resultante desta nova realidade vai mudar a nossa sociedade vai obrigar a um esforço suplementar de investimento público, não só dos estados europeus, mas também das autarquias à sua dimensão. Terminou dizendo que também neste orçamento, nesta introdução do saldo deram um sinal muito claro do que é estar ao lado das populações, ao lado das suas preocupações, seja nos cuidados de saúde, seja naquilo que é o relançamento da economia.

Intervenção do senhor deputado municipal **Joana Cartaxo – PCP**

Transcrição:

"Denunciámos há um ano a inclusão de projetos genéricos com valores avultadíssimos sem que sejam enunciados os projetos concretos. Em 2021 mantém-se a prática com o mesmo nível de gravidade de anos precedentes.

Nada é dito, por exemplo, sobre que centros de saúde, que escolas EB 2/3 e secundárias ou que vias rodoviárias vão ser qualificadas e também nada se informa sobre as ciclovias a construir ou os terrenos a comprar.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Também nada se diz sobre as razões para a verba para «estudos e pareceres» passar de 21 mil para 300 mil euros, mais 1329%! De que estudos se trata?

A Câmara PS quer cheques em branco.

A revisão tem um mérito, o de pôr a nu a falta de rigor com que os orçamentos e opções do plano são elaborados e encarados por este Executivo. Só assim se pode entender que atividades correntes que se executam regularmente e ao longo do ano, ano após ano, tenham agora de ser reforçadas de forma absolutamente substancial. É o caso de:

Limpeza e higiene, mais 75%; CAF/AAAF, mais 31%; Serviço de refeições (escolares), mais 346%, Transportes escolares, mais 187%; Programa de serviço de refeições (escolares), mais 129%; Programa serviço de refeições EB 2/3 e secundárias, mais 15 000%; Ação Social Escolar, mais 4450%; Remoção e tratamento de resíduos sólidos, mais 630%; manutenção de zonas verdes, mais 33%; atividades regulares diversas de Cultura, onde se inclui a programação municipal e as inerentes à preparação da candidatura à Capital Europeia da Cultura, mais 159%.

A pergunta óbvia é:

Se não houvesse o astronómico saldo que permite este reforço de verbas como seria? As crianças não comiam? E sendo as refeições escolares pagas com verbas do orçamento do Estado, porque é que a sua dotação não ficou integralmente prevista desde o início, como devia ter acontecido?

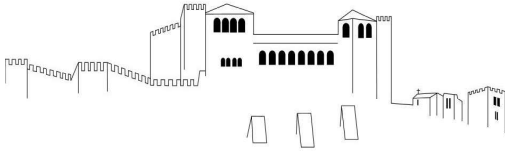
E o serviço de recolha e tratamento de lixos urbanos, que todos pagamos, que têm receita prevista no orçamento da receita, porque é que não tem o valor da despesa integralmente inscrito logo no orçamento que aqui aprovámos, como também devia ter?

Não há explicação lógica e muito menos razoável. É a marca de água desta gestão, que não teve, porque não poderia ter tido, qualquer alteração.

Ao elemento positivo de reforçar substancialmente as verbas para o Auditório Municipal dos Pousos contrapõe-se o cada vez mais adivinhável abandono do projeto do Centro Cultural de Marrazes.

E há o muito que devia estar feito ou a ser feito e não só não está como esta revisão não dá a resposta necessária. Lembremos apenas a novamente muito baixa dotação – passa de 112 mil euros para 120 mil – para os transportes urbanos de passageiros, largamente abaixo dos recursos canalizados para o Leiria Sobre Rodas, e a milhas do que se pretende gastar com ciclovias diversas e bicicletas, 2 milhões 628 euros.

Da mesma forma, nada se irá fazer na requalificação urbana da Maceira, de Monte Real ou da qualificação dos bairros da cidade, em primeiro lugar os da freguesia de Marrazes, os mais prioritários.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Também fica claro que não se vai avançar na qualificação ou construção de zonas industriais, com exceção de Monte Redondo e essa, como dita a prática, vamos ver se e quando vai avançar.

Com esta revisão, por omissão, fica mais uma vez demonstrado que o PS tem horror ao planeamento. Apenas e só porque tem uma clara opção de classe a favor do negócio imobiliário.

Gestão a reboque e ao serviço de interesses privados poderosos que determinam a ocupação do território. Não admira a falta de qualidade urbana em que vivemos. As opções do PS são as mesmas do PSD e CDS, são pelos lucros de alguns, não pela qualidade de vida das populações.

Esta 1.ª revisão é uma oportunidade perdida de fazer o que se impunha, alterar profundamente as Grandes Opções do Plano 2021-2024.

Esta revisão merece o voto contra do PCP.”

Intervenção do senhor deputado **Renato Cruz – PS**

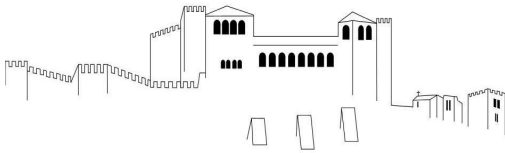
Cumprimentou todos os presentes.

Relativamente a este documento, e tendo em conta as palavras da deputada Joana Cartaxo, referiu ter claramente a marca de água da gestão e do rigor que tem pautado os últimos exercícios. Ao nível da execução, apesar de ser um ano com todas as dificuldades que houve durante o ano passado, disse que a integração de saldo de gestão vem mais ou menos em linha de conta com os níveis de execução que se tem tido nos últimos anos. Afirmou que a continuação deste reequilíbrio só prova que todos os projetos estratégicos que este executivo se tinha proposto executar continuaram, apesar de alguns deles não ao ritmo que se gostaria devido a todas as circunstâncias que já se conhecem. Salientou alguns pontos, nomeadamente, ao nível da habitação social, onde existe um reforço de 7 para 336 mil, na saúde passou-se de 77 mil euros para 1.600 mil euros, na reabilitação urbana passou de 30 para os 832 mil, ou seja, tudo aquilo que tem a ver com a vida das pessoas e com a melhoria das condições de vida dos Leirienses encontra-se refletido nesta agregação do saldo de gestão do último exercício. Concluiu dizendo acreditar ser este o caminho para a melhoria da qualidade de vida de todos os que habitam no concelho.

Intervenção do senhor deputado **António Pereira de Melo – PSD/MPT**

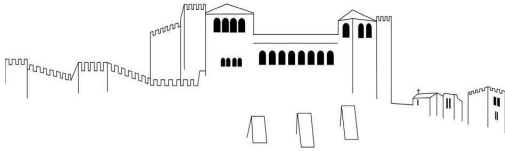
Cumprimentou todos os presentes.

Chamou a atenção para o fato de na 1ª linha do documento apresentado existir um lapso, onde está escrito 2020 devia estar 2021 pois este documento destina-se a 2021 e não a 2020. Disse que muitas das promessas eleitorais relativas a grandes obras feitas pelo PS aquando da 1ª eleição do executivo camarário dirigido pelo Dr. Raul Castro nunca se cumpriram. No início do 1º mandato a não execução destas obras foi atribuída à dívida



Município de Leiria Assembleia Municipal

herdada do executivo PSD devida fundamentalmente à construção do estádio para o Euro 2004. Referiu que a execução desta obra tinha também merecido parecer favorável do PS. Recorrendo a impostos com taxas no seu nível máximo, que manteve no 2º mandato, o Dr. Raúl Castro conseguiu equilibrar rapidamente o orçamento camarário e até gerar superavit. Disse que poderia então ter iniciado a execução das suas promessas eleitorais, o que não aconteceu ao que parece devido à falta de visto do Tribunal de Contas. Continuou a sua intervenção dizendo ter-se assim extinguido o 1º mandato do PS sem praticamente nenhuma das obras de vulto se ter concretizado, no entanto, os impostos excessivos foram anualmente aumentando o valor dos depósitos bancários da Câmara Municipal de Leiria. Referiu que o 2º mandato do Dr. Raúl Castro caracterizou-se a nível de obra significativa apenas pela construção da Avenida do Papa, o que fez com que existissem poucas despesas de capital, mas muitas despesas com eventos e muitos projetos para futuras obras. Mencionou um vistoso projeto de mobilidade que nunca arrancou. As grandes obras projetadas deslizaram para o 3º mandato, mandato esse em que a dinâmica continuou a mesma. Disse que à parte do jardim da Almoíña e ao centro escolar de Marrazes, em que o Município revogou o contrato de construção, nada se concluiu. De momento encontram-se em fase de construção o acesso mecânico ao Castelo, a requalificação das avenidas Nossa Senhora de Fátima e Humberto Delgado. Na sua opinião, com o abandono da presidência da Câmara Municipal de Leiria por parte do eleito Dr. Raúl Castro e com a assunção do mesmo cargo pelo Dr. Gonçalo Lopes, a promessa de realização de obras de vulto prometidas pelo PS parece ter deslizado para o abismo, isto porque o prometido pavilhão multiusos não passou além de um dispendioso projeto, a intervenção profunda na avenida Heróis de Angola resumiu-se a um arranjo superficial, o jardim da cidade não se sabe onde irá nascer, o necessário plano de mobilidade parece reduzido a um conjunto de rotundas e apenas o acesso mecânico ao Castelo parece continuar a subir. Em relação ao assunto em votação, deslizamento de 2020 para 2021 das verbas correspondentes a obras não feitas no valor de cerca de 46 milhões arredondado com o reforço do FET. Afirmou que a justificação apresentada para a não execução de muitas das obras devido à pandemia que apareceu em 2020 e que continua não lhes parece razão fundamental pois, a nível nacional, a construção civil foi talvez a atividade menos afetada pela virose chinesa. A presente proposta da integração do excedente de 46 milhões de euros que eram destinados a despesas de capital aparece reduzida a apenas 32 milhões para despesas de capital e 14 milhões para despesas correntes. Chamou a atenção para o fato de ter já ocorrido situação semelhante na integração relativa a 2019 para 2020, em que uma parte muito significativa dos quantitativos destinados a despesas de capital também deslizaram para despesas correntes. Afirmou que este fato demonstrativo de que os executivos PS não estão



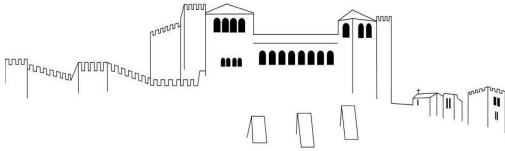
Município de Leiria Assembleia Municipal

vocacionados para a execução de promessas eleitorais de grandes obras, uma vez que não passam de dispendiosos projetos das mesmas, continuam deste modo a assistir a grandes despesas no domínio de serviços em detrimento de despesas de capital. Apesar do documento eleitoralista "estratégia 2030 para o concelho de Leiria", encomendado por este executivo do PS, prescrever um vasto conjunto de obras verifica-se que o presente orçamento para 2021 não parece incluir nenhuma delas. Continuou dizendo que os parques industriais teimam em não aparecer estando reduzidos ao parque de Monte Redondo. A despoluição do rio Lis e Lena continua no esquecimento, o centro de atividades desapareceu definitivamente, as áreas verdes continuam reduzidas a pequenos jardins questionando o porquê de não adquirir a área excedente da quinta da Portela para se poder aí criar um jardim, conjuntamente com o que já lá está. Afirmou que a mata de Marrazes continua ao abandono, embora tenha sido aqui afirmado que continuam a cortar as plantas (acácias) tornando-se, na sua opinião, necessária uma obra mais elaborada. Disse que os parques de estacionamento grátis continuam sem ser projetados embora existam áreas disponíveis para a sua concretização. O prometido plano de mobilidade só é executado através de pequenos projetos desgarrados, tais como rotundas. As prometidas residências para estudantes não aparecem questionando o porquê de não se negociar com os serviços prisionais a requalificação das vivendas desocupadas existentes na prisão-escola que continuam a degradar-se.

Concluiu afirmando que Leiria carece urgentemente de um novo executivo camarário, que possua uma dinâmica capaz de executar a preconizada estratégia 2030 para que este documento não se reduza aos 35 mil euros que custou.

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Afirmou que esta inclusão de saldos de gerência no montante de 44 milhões de euros é um valor muito significativo para o orçamento que a Câmara tem. Nesse sentido, disse pensar que o senhor Presidente deveria dar mais explicações porque este saldo de gerência corresponde a obra que deixou de ser realizada e deixando essas obras de ser realizadas, gostariam de obter uma informação mais pormenorizada para poderem votar em consciência, sabendo quais foram de fato as obras que deixaram de ser efetuadas, pois 44 milhões de euros é muito dinheiro e quando verificam que parte desta verba, cerca de 13, 14 milhões de euros, dava quase para construir uma ETES vão ser agora ser incorporados em despesa corrente, verifica-se que existem uma série de obras que estavam programadas e orçamentadas e que não serão realizadas. Disse também que gostariam de saber o que é que este executivo irá deixar cair, se é que é para deixar cair alguma coisa, para estes 13 milhões passarem para despesa corrente. Afirmou que para votar de forma consciente este documento necessitava de informação que não possui o que o leva a votar contra esta alteração.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Intervenção do senhor deputado Acácio de Sousa – PS

Transcrição:

"Em 2020 muita coisa entrou em colapso. A gestão autárquica é que não, apesar de ter que se confrontar com centenas de situações adversas. O facto de haver um valor elevado não executado conforme o orçamento do ano transato, deve-se a razões inesperadas de atrasos na tramitação de concursos, atrasos de empreitadas e outras situações anómalas motivadas, não por falta de planeamento, mas por fatores inesperados que obrigaram a replanear. Esse replaneamento levou à transição de um saldo do exercício anterior para 2021.

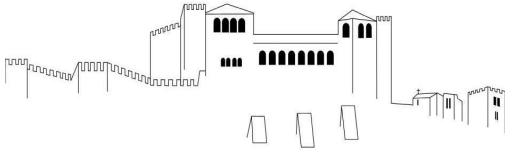
O que interessa é que não houve esbanjamento ou desperdício e vai ser aplicado. E bem! Em medidas ou áreas orçamentais absolutamente prioritárias e fulcrais para o desenvolvimento do concelho e para a continuidade e alargamentos das medidas de apoio social e à economia face à pandemia. A alocação destes valores à despesa corrente, bem se justifica por isto mesmo. Basta ver onde é mais visível a aplicação destes montantes: entre muitos outros, na economia com o apoio a microempresas; Educação, desde equipamentos a infraestruturas; ambiente: recolha e tratamento de resíduos, ciclovias; cultura, robustecimentos dos apoios e pondo Leiria no mapa cultural do país com a candidatura da Rede 2027; reabilitação de centros saúde; estradas municipais; etc. e muito mais.

E é óbvio que não podia deixar de referir aquilo que muito dignificará e trará outras condições de funcionalidade a este órgão político que é a A.M. A inscrição de c.546 mil euros vai permitir o arranque da obra na zona do edifício onde está exatamente previsto instalar esta Assembleia. Quer isto dizer que o próximo elenco da Assembleia Municipal de Leiria se irá ali instalar, possivelmente, já no próximo ano. Escapa-nos a nós por pouco.

Mas não só a Camara que adquiriu o edifício e executará a obra, como nós que aqui decidimos, com o especial empenho do nosso presidente da Assembleia para a progressiva dignificação deste órgão político, deixamos um legado para quem vier a seguir (logo se verá quem daqui estará ou não...). Esse legado já será uma enorme satisfação."

Intervenção do senhor deputado João Cunha – PSD/MPT

Iniciou a sua intervenção referindo que toda a roupagem política que se tem estado a ouvir a propósito da questão do orçamento trazida pelos deputados do PS lhe faz lembrar aquela história de África em que o Presidente Castro já ia na contagem de vários projetos e chegou o Presidente Gonçalo Lopes e disse-lhe que não, que agora é que iam começar a contar desde o início. Referiu esta história porque, pelos vistos, os projetos do Presidente Raúl Castro foram todos metidos na gaveta para serem todos, como disse o deputado



Município de Leiria Assembleia Municipal

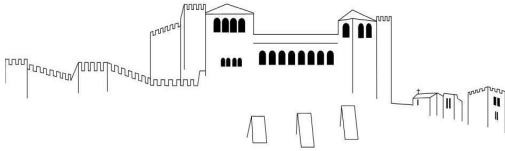
Acácio de Sousa, reanalisados. Afirmou ter questionado o Presidente Gonçalo Lopes se ia continuar a política do Presidente Raúl Castro ao que ele terá respondido que era uma política de continuidade, mas pelos vistos o Presidente Raúl Castro veio dizer publicamente que afinal ele não estava a cumprir o prometido e agora estamos efetivamente a ver que a única coisa que têm em comum é a "política do porquinho mealheiro" em que vão amontoando dinheiro, vão continuando a cobrar dos contribuintes e a amontoar dinheiro, transitando os saldos de um ano para o outro e continuando a dizer que agora é que vai ser, se não foi em 2020 será em 2021, será uma avalanche de projetos para concretizar. Referiu ser natural que haja alguns e regozijam-se com isso, desde que sejam projetos consistentes e estruturantes. Disse existir nesta política claramente uma falta de visão estratégica e estruturante, existindo uma visão para as minudências, algo que o deputado Renato Cruz elogiou ao referir meia dúzia de cobres que foram gastos, mas que representam em termos do saldo orçamental verdadeiras minudências. Referiu que aquilo que precisam é de visão estratégica, de projetos de fundo que durem no tempo. Na sua opinião considera que o Presidente Gonçalo Lopes, com o seu ar simpático, por mais que se esforce não consegue e efetivamente não passam de isto. Afirmou sermos todos pessoa que ficam muito alegres com as festas que ele faz, apesar de este ano as coisas terem corrido um bocadinho mal pois o covid não o permitiu, mas isso não chega. Na sua opinião precisamos de mais, Leiria precisa de coisas muito mais significativas, com outra dinâmica. Disse uma vez mais que o Dr. Raúl Castro deverá estar um bocado triste e se calhar ainda lhe vai pedir contas, enquanto vai andando a pé para a Batalha. Afirmou que o cidadão Leiriense continua a pagar imenso com os seus impostos e mesmo nesta altura, em que algumas pessoas precisam de apoios acrescidos, em que as empresas precisam de um outro tipo de apoio mais significativo, não querendo com isto dizer que não tenha havido apoios porque houve, mas devia existir uma política mais profunda de apoio às empresas nesta altura das dificuldades. Na sua perspetiva consideram isto muito pouco, pois esta política de juntar dinheiro, sob o ponto de vista contabilístico dá sempre saldo positivo, mas sob o ponto de vista social e económico acrescenta muito pouco.

Intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Leira, Pousos, Barreira e Cortes - José Cunha

Transcrição:

"Cumprimento o presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, todos os deputados e quem nos segue nas redes sociais.

Sobre este ponto quero apenas lembrar que, quando se elabora o primeiro orçamento para o ano seguinte ele é previsional, uma vez que não são conhecidas todas as receitas.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Só após o apuramento do saldo da gerência anterior e de todas as receitas provenientes do orçamento de Estado. Só nesta altura é que os respetivos montantes podem ser utilizados para ocorrer ao aumento global da despesa orçada no ano seguinte, o que implica a elaboração de uma revisão orçamental, a qual deve obedecer, entre outros, ao Princípio do Equilíbrio Orçamental.

Este princípio diz-nos que os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas”, algumas delas “abertas no orçamento” com valores baixos, para depois de serem conhecidas todas as receitas, poderem ser alteradas.

Diz-nos, ainda, que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.”

O “saldo da gerência anterior”, enquanto componente orçamental da receita, é apresentado no Classificador Económico das Receitas e Despesas das Autarquias Locais em “outras receitas”, o que também se verifica nesta proposta.

A incorporação do saldo apurado pressupõe uma revisão orçamental, a qual implica, do lado da receita, o registo do montante apurado e, simultaneamente, a sua afetação à despesa, através da correspondente “distribuição”, por uma, ou várias classificações económicas.

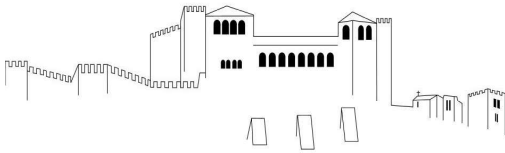
Esta III Modificação ao Orçamento pretende aumentar o valor global do orçamento aprovado na Assembleia Municipal do passado mês de dezembro em € 45.745.117,00, onde se inclui o saldo da gerência orçamental de 2020 (44.086.749,26€), que resulta da diferença entre as importâncias arrecadadas e os pagamentos ocorridos durante o exercício económico de 2020 e a atualização dos valores relativos às rubricas cujas receitas estão vertidas no mapa XII do lei de Orçamento de Estado para 2021 (1.658.367,74€), dado que, aquando da elaboração do orçamento inicial, não eram conhecidas.

Termino dizendo que esta alteração não viola o estipulado na Lei 73/2013, ou seja, não põe em causa o equilíbrio corrente/orçamental.

Boa noite!”

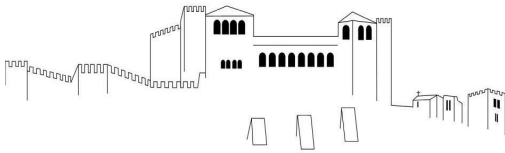
Intervenção do senhor Presidente da Câmara – Gonçalo Lopes

Agradeceu as questões colocadas pois na sua perspetiva demonstram a maneira clara e objetiva daquilo que os distingue. Disse que se tivessem apresentado um orçamento com muita obra seria exatamente rotulado como um orçamento eleitoralista. Afirmou ter sido apresentado um orçamento real em que o saldo não é um saldo orçamental, mas sim uma folga orçamental para garantir o futuro. O ano que passou e o que estamos a viver hoje, que foi sublinhado por alguns deputados que vivem diariamente o problema nas suas autarquias e possuem uma visão efetiva daquilo que é a vida do dia a dia das



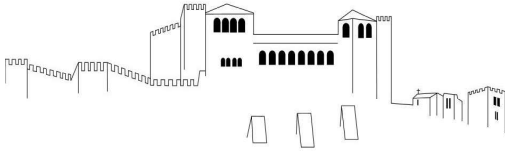
Município de Leiria Assembleia Municipal

peças, e ignorar em algumas intervenções a importância desta folga orçamental e das medidas que estão projetadas para a recuperação económica e para o combate da pandemia, que considera ser o motivo essencial para se vencer no ano de 2021 a crise que se está a viver, só é possível com contas certas. Referiu que, ao contrário de outros orçamentos do passado que tinham inscrito "endividamento", possuem folga orçamental para garantir o futuro, mas com medidas credíveis pois não podem entrar outra vez em loucuras como algumas que foram feitas no passado e que comprometeram as finanças da autarquia durante duas décadas. Continuou dizendo que esse tipo de preocupação, não só para quem está atualmente na Câmara Municipal, mas também em mandatos anteriores, tem sido sempre uma das suas preocupações achando que os Leirienses reconhecem esse esforço porque sabem bem a pesada herança que receberam. Disse ser essa a sua imagem de marca e não fazer sentido delapidar tudo aquilo que foi um esforço de mais de uma década de recuperação económica em orçamentos totalmente irrealistas daquilo que é a realidade portuguesa e a realidade do concelho que tem de estar preparado para poder vencer a crise e sair dela o mais rápido possível, de modo a conseguir-se recuperar aquilo que é a pujança do concelho. Referiu que quando ouve na apresentação deste orçamento preocupações com grandes obras e visão estratégica e quando se ouve criticar um documento estratégico que foi pela primeira vez elaborado e colocado a discussão e participação, parece-lhe evidente que existe uma falta de visão de vários elementos da Assembleia e de algumas forças partidárias. Disse terem estado sempre abertos a sugestões e não basta apenas criticar e dizer que está mal. Na sua opinião é importante identificar exatamente que obras estratégicas as diversas forças partidárias defendem para o concelho onde vivem ou onde nasceram. Considera ser muito importante para a credibilidade da política pois não se pode só dizer mal por dizer. Defendeu que se queriam uma alternativa tiveram hoje uma oportunidade de poder também apresentar aquilo que era a sua visão, para onde gostariam de investir essa folga orçamental conseguida ao longo dos anos em que se encontram a governar a Câmara. Disse que para terem a noção do seu nível de prioridades explicou na sua intervenção de forma muito clara algumas preocupações, nomeadamente a preocupação clara na saúde não só projetando, mas também inscrevendo verbas concretas para a construção de três novos centros de saúde, a preocupação na área da educação com a reabilitação do parque escolar do 2º e 3º ciclo e secundário, que não é da sua responsabilidade, mas já estão a projetar a sua execução, preocupações muito claras na área da economia para se poder ter o futuro garantido e a criação de emprego para as futuras gerações, a aposta na construção de um centro de negócios no topo norte direcionado para o digital, a construção e recuperação do mercado municipal que estava ao abandono à cerca de 25 anos, a criação da StartUp Leiria e a sua instalação no



Município de Leiria Assembleia Municipal

coração da cidade, a compra dos terrenos do parque empresarial de Monte Redondo e a inscrição de verba para o início da sua construção. Referiu que toda esta aposta na área da economia nunca foi deixada de parte desde que é Presidente de Câmara, sempre foi uma prioridade, tanto mais que conhece bem esse pelouro e teve essas funções durante alguns anos. Afirmou não ser só o apoio à indústria é o programa de apoio inovador criado em tempo record para apoio ao comércio no âmbito do covid, numa verba que vai ser reforçada e que introduziram agora nesta Assembleia novos cae's, tendo em conta a procura que houve. Referiu que este nível de resposta, este nível de resiliência, este tipo de resposta à crise que estamos a viver no âmbito da pandemia e sobre a qual não ouviu nenhum deputado falar, nem sobre a importância de se ter esta folga orçamental para combater a crise e pensar o futuro demonstra claramente, na sua opinião, as intenções de dizer mal por dizer. Afirmou ser esta efetivamente uma preocupação que têm, de no próximo ano não tomarem decisões a exemplo de algumas que foram tomadas no passado e que podem comprometer as finanças e o futuro do Município. Disse que as suas preocupações são muitas delas nesta fase de despesa direta, despesa corrente e passam por ajudar o movimento associativo, por criar um fundo de emergência social, como foi anteriormente dito, com 1,2 milhões de euros e que não existia, por apostar claramente no reforço do financiamento das freguesias pois possuem capacidade para executar obras de pequena dimensão mas a um ritmo muito elevado sendo por isso que conseguiram transferir em menos de um ano e meio tranches para as autarquias triplicando assim o valor de apoio às freguesias. Reconheceu fazerem isso de forma estratégica, não do ponto de vista partidário eleitoral porque é feito com todas as juntas, mas porque acham que esta é a maneira rápida e eficaz de desenvolver o concelho. Confessou que ao ouvir as preocupações manifestadas por parte da oposição relativamente às obras do multiusos ainda não percebeu se os partidos da oposição que não acreditam neste projeto, que sempre negaram e votaram contra as suas propostas, porque é que nesta fase o reclamam tantas vezes. Num momento de incerteza e de crise em que a Câmara tem condições para tomar decisões corretas para elevar a nossa sociedade no pós-covid não entende qual é o objetivo de reclamarem essa obra. Pediu que lhe explicassem qual a lógica política, a lógica estratégica, o fundamento, o raciocínio para isso. Na sua opinião disse que será tática política, sendo por isso que muitos dos extremismos que existem hoje na sociedade e no discurso político resultam desta maneira de fazer política. Questionou sobre qual é o Município ou Presidente de Câmara hoje em dia que tem uma visão clara relativamente àquilo que será a próxima década dado o ambiente de incerteza que vivemos. Continuou a sua intervenção referindo que nas intervenções anteriores apontou-se a falta de execução do orçamento tendo respondido que em ambiente covid foi exatamente igual ao dos anos anteriores. Sugeriu



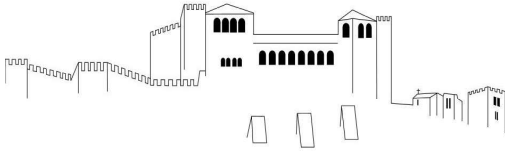
Município de Leiria Assembleia Municipal

que fossem ver nos outros orçamentos de Câmaras qual foi a taxa de execução da despesa de investimento e que verifiquem, se, de facto, não tem taxas de execução baixa. Mencionou uma questão técnica, tendo agradecido ao senhor deputado José Cunha que possui bastante experiência e está habilitado a fazer isto do ponto de vista profissional, em que a Câmara durante muitos anos fazia orçamento empolados. Com a vinda da troika percebeu-se que as autarquias e até o próprio estado assumiam compromissos de despesa sem terem a devida receita garantida. Atualmente o que inscrevem nos orçamentos está comprometido de ano para ano e muitas das verbas que hoje têm elencadas para abrir concursos não estando adjudicado têm de cativar essa verba no orçamento podendo depois programar em termos de cronologia, mas se tiverem uma expectativa em termos de obra, que é o caso por exemplo do centro escolar dos Marrazes que é inscrita todos os anos, a sua obrigação é deixar neste documento previsional aquilo que são as suas expectativas e as suas vontades políticas não as podendo eliminar porque têm avisos de concursos, têm projetos contratados e quando quiserem abrir o concurso o dinheiro tem que lá estar não podendo recorrer a receitas fictícias, algo que se fazia muitas vezes no passado. Referiu, a título de exemplo, a técnica que era usada em orçamentos antes do período dos orçamentos no âmbito da lei dos compromissos que era as receitas extraordinárias resultantes de venda de património. Questionou se sabiam quantas vezes foi vendido o topo norte do estádio em orçamentos anteriores. Afirmou ser essa a almofada e a folga que se encontrava no orçamento para colocar todas as ambições e vontades do executivo junto da comunidade, em especial aquilo que eram as populações e, muito em particular, os Presidentes de Junta que ambicionavam o melhor para a sua terra. Voltou a dizer que o orçamento é um orçamento real, assente em receitas reais, é uma despesa virada para a recuperação económica, é uma despesa cuidada, real transparente e tem a perfeita noção de que o trabalho que têm feito nos últimos anos no que respeita à saúde financeira é efetivamente uma mais-valia que trouxeram neste projeto autárquico e que, no seu entender, não deverá ser nunca desvalorizado pelos diversos partidos políticos.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o Ponto **3.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 15 votos contra**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **III Alteração Modificativa Orçamento Municipal 2021**.

Ponto 3.2 - Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos –
Para conhecimento;



A Assembleia Municipal de Leiria **tomou conhecimento.**

Ponto 3.3 - Integração no Inventário e Valorização de Imóveis que não reuniam condições para integrar o Balanço Inicial, à data da Implementação do SNC-AP com efeitos em 2020 - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 3.3** à votação.

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Integração no Inventário e Valorização de Imóveis que não reuniam condições para integrar o Balanço Inicial, à data da Implementação do SNC-AP com efeitos em 2020.**

Ponto 3.4 - 1ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual Previsional dos SMAS de Leiria - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, prescindiu do uso da palavra.

Intervenção da senhora deputada municipal Joana Cartaxo – PCP

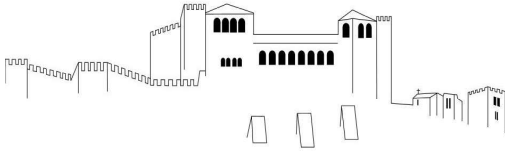
Transcrição:

"As questões repetem-se como recidivas de enfermidades que não deviam existir, no Município como nos SMAS. Do orçamento aprovado há apenas 2 meses, 14% da receita é agora eliminada de um fôlego. Esta revisão mostra que também desta vez o Orçamento dos SMAS foi propositadamente feito sem rigor.

Com um mês de vigência do Orçamento do ano corrente, as receitas de Saneamento são cortadas em 2.600.000 euros, quase 27% da previsão inicial, as da Água são reduzidas em 600.000 euros, quase 10% do previsto, e as Transferências das Famílias são cortadas em 448.016,80 euros, cerca de 45% do que foi aprovado em 11 de dezembro.

Por outro lado, é reforçada em 750.000 euros a verba para compra de água como matéria-prima, mais quase 18% do que a verba constante do orçamento aprovado. Nós consideramos que este foi um mau caminho e que se devia arredar pé. Se as captações fossem todas municipais os custos com a água seriam menores.

Para o PS, os instrumentos previsionais não passam de uma ficção a que são obrigados por força da lei. Não se pode nunca confiar nas propostas que nos são apresentadas. Às previsões iniciais fantasiosas junta-se a tradicional falta de rigor no cumprimento dos



Município de Leiria Assembleia Municipal

planos e orçamentos, como todos os anos aqui denunciámos. O PS parece um clone do PSD.

Por tudo isto, continuamos ainda longe de ter concluído as infra-estruturas fundamentais do sistema de saneamento, avançam insatisfatoriamente as ligações domésticas à rede de coletores e não avança a renovação da rede de abastecimento de água em zonas onde ela se impõe, tal a frequência das ruturas.

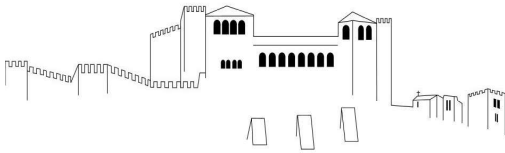
Os vícios que aqui deixamos denunciados, a deliberada indefinição de prioridades, o que deixámos expresso quando o orçamento e o plano dos SMAS para 2021 aqui foi discutido e aprovado e a reconhecida falta de capacidade da maioria PS para cumprir os planos levam a que o PCP vote contra esta proposta.”

Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD/MPT

Começou por dizer que o ponto 3.4 tem um problema muito semelhante ao ponto 3.1, mas antes de iniciar gostaria de responder a algumas questões ao senhor Presidente da Câmara. Afirmou que o senhor Presidente da Câmara começou por dizer se alguém concordaria com a construção do multiusos. Referiu já ter tido oportunidade de dizer ao senhor Presidente da Câmara que ele fez bem em não construir pois, na sua opinião, entende que houve um erro ao não o construir isto porque o PS propôs que ia fazer essa e muitas outras obras no seu programa eleitoral e sabe que não vai cumpri-las.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, chamou à atenção o senhor deputado para que se cingisse à discussão do ponto (orçamento do SMAS).

O senhor deputado Pereira de Melo continuou a sua intervenção dizendo que a presente revisão orçamental visa a introdução na gerência de 2021 do saldo de gerência do ano 2020, no valor de 8,1 milhões de euros, passando o valor total para 31,9 milhões de euros. Referiu ainda serem propostas correções no orçamento de 2021. Na sua opinião a transferência interanual de um saldo elevado é indicativa de uma má utilização dos recursos orçamentais postos à disposição dos SMAS de Leiria. Assim, entende que se continuam por concretizar e até programar obras como: passagem direta para o rio Lis de esgotos domésticos, o rio Lis está fortemente poluído em muitas alturas com os esgotos domésticos que vão diretamente para rio; não solução do problema da rede de saneamento da zona histórica e da avenida Heróis de Angola, propositadamente o senhor Presidente da Câmara retirou o tratamento das infraestruturas da avenida Heróis de Angola, possivelmente por achar que não eram urgentes, mas quando os edifícios estão a rachar por deficiência de infraestruturas, talvez seja importante; a existência de uma rede de distribuição de água via tubos de fibrocimento na zona histórica e em Marrazes, na sua opinião esta rede devia ser substituída urgentemente algo que disse não ver no projeto; continuação de exploração do furo de água da Reixida, que bombeia água



Município de Leiria Assembleia Municipal

proveniente de rochas calcárias e que no passado se verificou que já estiveram contaminadas por peles de animais que são deitadas em buracos existentes no monte. Afirmou não saber até que ponto a Câmara tem responsabilidade nesta matéria, mas é de opinião que devia intervir.

Relativamente aos problemas de esgotos das suiniculturas disse que a Câmara nessa matéria está um pouco ao lado.

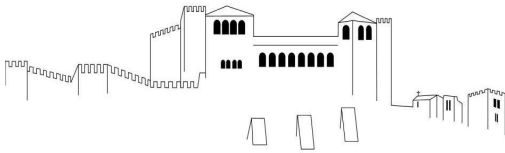
No que diz respeito às descargas de emergência da ETAR das Olhalvas para o rio Lis afirmou não saber até que ponto a Câmara tem responsabilidade nesta matéria, mas é de opinião que devia intervir.

Continuou dizendo que o plano plurianual apresentado é muito curto para o orçamento disponível, o que demonstra que a Câmara Municipal de Leiria continua a vender água e serviços de saneamento muito caros em relação às despesas que orçamenta pelo que devia fundamentalmente reduzir as tarifas de água e de saneamento. Concluiu referindo que neste ponto vão votar contra, na medida em que há uma má administração à semelhança do que a Câmara faz também os SMAS fazem.

Intervenção do senhor deputado **Ricardo Gomes – PS**

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção pegando nas palavras do senhor Presidente relativamente à questão da taxa de cobertura do saneamento e dizendo que por aí é possível ver-se o investimento que tem vindo a ser feito ao longo dos últimos anos. Recordou que no início do primeiro mandato do PS na Câmara essa taxa de cobertura do saneamento era pouco mais do que 50%, estando neste momento próxima dos 95%. Referiu ser ainda necessário fazer um esforço ao nível da sensibilização da população para aumentar a taxa de adesão ao serviço. Chamou também a atenção para o facto de ainda estarem em curso várias obras por todo o concelho e que nalguns casos ainda não será possível fazer a adesão ao serviço pois a rede de saneamento ainda não se encontra finalizada. Relativamente ao ponto em discussão esclareceu tratar-se da primeira modificação do orçamento e do plano plurianual de investimento, instrumentos de apoio à gestão dos SMAS que têm por base o balanço entre a receita e a despesa, ou seja, referiu que todos os anos à data da elaboração do orçamento para o ano seguinte e do plano plurianual de investimento ainda não é conhecida com exatidão o valor da receita e da despesa tratando-se logo de uma estimativa para o exercício dos SMAS nos anos seguintes. Esclareceu que neste momento são conhecidos os resultados do saldo de gerência do ano de 2020 que importa incorporar nos documentos previsionais de 2021. Referiu que o saldo de gerência é de 8 milhões de euros, dos quais 6 milhões dizem respeito a compromissos já assumidos em obras que estão praticamente contratualizadas / adjudicadas, sendo verbas que têm de estar afetas a essas obras para que possam ser



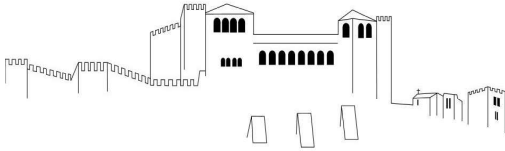
Município de Leiria Assembleia Municipal

executadas. Referiu que houve um reforço efetivo no orçamento de 4,4 milhões de euros, pelo que o orçamento passa dos atuais 27,5 milhões de euros para os 32 milhões de euros. No que se refere ao investimento, realçou o reforço de 2 milhões de euros na área do saneamento (redes de drenagem) e cerca de 600 mil euros para o sistema de abastecimento de água. Recordou que relativamente aos investimentos em curso o seu valor é avultado, tendo mencionado a remodelação da rede da Maceirinha, no valor de 1,1 milhões de euros, a construção da rede de drenagem de águas residuais em Monte Redondo, no valor de 2,5 milhões de euros, e também a conduta adutora que vai ligar Monte Redondo à praia do Pedrógão, no valor de 1,6 milhões de euros. Referiu que atendendo ao valor destes projetos facilmente se percebe que são obras que não podem ser executadas num único ano e daí a razão de haver estes saldos de gerência de um ano para o outro. Referiu que o saldo de gerência se refere à diferença entre as importâncias arrecadadas e os pagamentos ocorridos no decurso de um determinado exercício económico. Neste contexto, disse conseguir-se verificar, comparando com o exercício de anos anteriores, que tem havido um aumento da execução de obras já que esse saldo de gerência tem vindo a diminuir. Chamou ainda a atenção para outro aspeto que lhe parece relevante e que tem a ver com a existência de um reforço de 800 mil euros no orçamento para fazer face às despesas correntes algo que, na sua opinião, considera ser importante tendo em vista a necessidade de melhoria progressiva da qualidade dos serviços prestados, bem como para o planeamento adequado dos investimentos que se venham a fazer de modo a alocar os recursos disponíveis àquelas situações que permitem ter o retorno maior do investimento que está a ser efetuado.

Intervenção do senhor deputado João Cunha – PSD/MPT

Esclareceu que a apreciação mais específica que o deputado Pereira de Melo fez em relação à questão do orçamento dos SMAS indica a visão que têm em relação a esta questão do orçamento dos SMAS. Referiu que o prólogo que o deputado fez relativamente a essa matéria foi no sentido de enquadrar politicamente a perspetiva sobre o orçamento não sendo despidianda a intervenção dele pois estava a falar de uma coisa que tinha a ver com aquilo que estavam a discutir.

Continuou dizendo apreciar os reconhecimentos públicos que o senhor Presidente da Câmara faz agora daquela velha máxima de que "...a culpa é do Passos..." pois foi ele que introduziu a lei dos compromissos, lei essa que todos os Presidentes de Câmara, todas as Câmaras têm de cumprir pois as regras são para todos e é natural que deem os seus frutos. Afirmou que sendo o orçamento uma previsão a questão que está aqui em causa é sempre a da utilização dos saldos que não têm a ver com as cativações que têm de ser feitas, mas em relação ao saldo que fica e que se encontra liberto para as opções estratégicas. Referiu que sob o ponto de vista da questão do orçamento dos SMAS tem a



Município de Leiria Assembleia Municipal

muito a ver com a utilização dessas verbas para decidir onde se aplicam. Disse que nas questões orçamentais as propostas são do PS e se as obras são feitas ou não são da sua responsabilidade pois é quem governa a Câmara. Esclareceu que quando fazem uma apreciação em relação a determinada obra e dizem que os senhores prometeram e não fizeram estão apenas a dizer que se não tivessem prometido se calhar não estavam aqui a fazer esta “fiscalização” em relação ao que acontece. Terminou dizendo que aquilo que acham é que este orçamento dos SMAS tem algumas virtualidades, mas também tem as suas lacunas o que os leva a não deixar de sublinhar esses aspetos.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 3.4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 14 votos contra e 1 abstenção**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **1ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual Previsional dos SMAS de Leiria**.

O senhor **deputado João Cunha** referiu que a intervenção do senhor secretário da Mesa relativamente aos Presidentes de Junta do PSD, aquando da contagem dos votos, apesar de não ter sido intencional poderia indiretamente constituir um fator de pressão sobre o seu sentido de voto, embora os Presidentes de Junta eleitos pelo PSD não sejam pressionáveis.

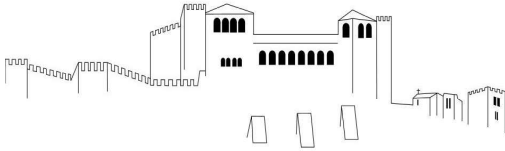
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira** esclareceu que a questão foi levantada pois anteriormente surgiu a mesma dúvida numa outra votação

O senhor **1º secretário da Mesa, José Alves**, esclareceu que a dúvida surgiu porque tinha ficado acordado anteriormente que os senhores líderes de cada grupo municipal transmitiriam o sentido de voto do respetivo grupo não tendo a senhora deputada Laura Esperança se pronunciado quanto aos Presidentes de Junta. Afirmou ainda que da parte da própria Mesa houve esse lapso, que agora não quis que se repetisse, tendo por isso solicitado aos senhores Presidentes de Junta que se pronunciassem.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira** referiu que os senhores Presidentes de Junta são parte integrante dos grupos municipais que escolheram não tendo a Mesa de fazer qualquer tipo de votação especial para eles.

Ponto 4 – Juntas de Freguesia

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira** sugeriu que a discussão do ponto fosse efetuada na sua totalidade e a respetiva votação ponto a ponto.



Não havendo inscrições o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira** passou às votações.

Ponto 4.1. - Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Capital – Alteração – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 4.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Capital – Alteração.**

Ponto 4.2. - Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de Capital - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 4.2** à votação.

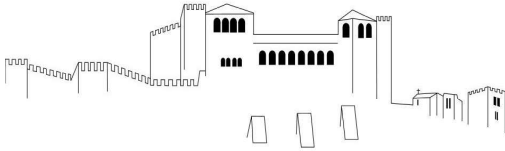
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de Capital.**

Ponto 4.3. - Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Financeiros para as Sedes das Freguesias/Uniões das Freguesias – Prorrogação de Prazo - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 4.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Financeiros para as Sedes das Freguesias/Uniões das Freguesias – Prorrogação de Prazo.**

Ponto 4.4 - Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Financeiros Pontuais para Obras –



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Prorrogação de Prazo (UF Sta. Eufémia e Boavista / UF Monte Redondo e Carreira) - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 4.4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Financeiros Pontuais para Obras – Prorrogação de Prazo (UF Sta. Eufémia e Boavista / UF Monte Redondo e Carreira).**

Ponto 4.5 - Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Financeiros Pontuais para Obras – Prorrogação de Prazo (UF Colmeias e Memória) - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 4.5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Financeiros Pontuais para Obras – Prorrogação de Prazo (UF Colmeias e Memória).**

Ponto 4.6 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências no âmbito da realização de obras diversas - 1.ª adenda - Apreciação, discussão e votação;

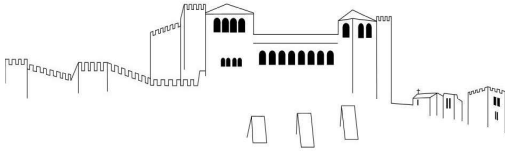
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 4.6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências no âmbito da realização de obras diversas - 1.ª adenda.**

Ponto 5 – Regulamentos / Regimentos

Ponto 5.1 - Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Leiria publicitada pelo Edital n.º 1365/2020, de 29 de dezembro, publicada na 2.ª série do Diário da República – Retificação - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, prescindiou do uso da palavra.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 5.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Leiria publicitada pelo Edital n.º 1365/2020, de 29 de dezembro, publicada na 2.ª série do Diário da República – Retificação.**

Ponto 5.2 - Alteração do Regulamento do Fundo de Emergência Municipal de Apoio Comercial e Empresarial - "Leiria Protege" – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, prescindiu do uso da palavra.

Intervenção da senhora deputada Tânia Rodrigues – PS

Transcrição:

"Boa noite a todos,

Sobre esta temática, parece-nos que não podem existir grandes dúvidas. "Leiria Protege" como o próprio nome indica, só poderá "proteger" e beneficiar os empreendedores leirienses, visto que é um Fundo Municipal que apoia o tecido comercial e empresarial de Leiria, em prol de objetivos em comum, nomeadamente: proteger o tecido empresarial local, contribuir para a mitigação dos efeitos decorrentes da pandemia e para a manutenção do nível de emprego.

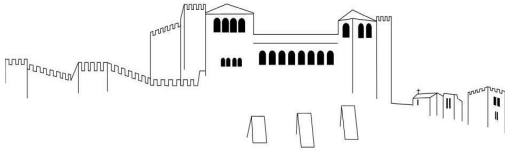
A Câmara Municipal de Leiria recebeu das empresas do concelho 304 candidaturas, das quais 183 dizem respeito a sociedades e 121 a empresários em nome individual.

O apoio tem a dotação inicial de 375.000€ que, infelizmente, se revela insuficiente para fazer face a todas as candidaturas elegíveis.

Posto isto, e de modo a abranger um maior número de empresas, estima-se que seja necessário o dobro da verba. Ou seja, um reforço da dotação supramencionada para responder, também, aos pequenos empresários leirienses, que de pequenos não têm nada, sendo tão importantes atores, dinamizadores e contribuintes da economia local.

Para além do exposto, outras atividades profundamente afetadas pela pandemia, como as atividades turísticas e culturais, não foram contempladas na lista dos CAEs na primeira versão do Regulamento. Assim, considerando o forte impacto da crise atual nestes setores, surge como primordial a sua inclusão de modo a permitir apoiar, também, este setor do nosso tecido económico.

Desta forma, a dotação que se propõe nesta Assembleia Municipal fixa o Fundo em 1 milhão de euros.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Este apoio é cumulativo com o apoio previsto pelo Governo, reforçando as respostas dadas aos setores mais afetados como a da restauração, o do comércio e, aprovada esta proposta, também o setor do turismo e da cultura.

Todas estas alterações, conseqüentemente, contribuirão fortemente para a valorização do tecido económico local e para a introdução da liquidez nos pequenos negócios, mantendo, também, o nível de emprego.

Disse."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 5.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Alteração do Regulamento do Fundo de Emergência Municipal de Apoio Comercial e Empresarial - "Leiria Protege"**.

Ponto 6 - Espaços Culturais

Ponto 6.1 - Entrada livre nos espaços culturais do Município em datas comemorativas e domingos – 2021 - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, prescindiu do uso da palavra.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 6.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Entrada livre nos espaços culturais do Município em datas comemorativas e domingos – 2021**.

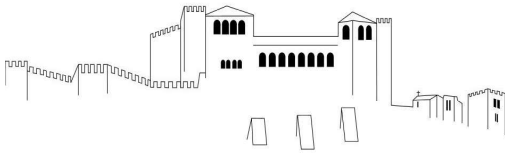
Ponto 7 - V Plano de Medidas extraordinárias e de caráter urgente de resposta à situação epidemiológica do novo COVID 19 – Ratificação de despacho do Presidente da Câmara Municipal, de 13 de janeiro de 2021. Isenções - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, prescindiu do uso da palavra.

Intervenção do senhor deputado Paulo Pedro – PS

Referiu que a deputada Joana Cartaxo não estava certa naquilo que disse anteriormente no que diz respeito à retirada do ponto da ordem de trabalhos, isto porque, na sua opinião, existem assuntos que precisam da aprovação da Assembleia para seguirem em frente.

Continuou dizendo que a maior parte das medidas não têm sequer discussão pois considera serem todas importantes nesta altura de pandemia. Dirigindo-se ao deputado



Município de Leiria Assembleia Municipal

Manuel Azenha disse que daquilo que ouviu anteriormente considera que ele não tem razão quando diz que a Câmara devia ser proactiva na divulgação destas medidas. Confessou nunca ter assistido a este tipo de situação como assistiu este ano e por duas situações diferentes. Apresentou como exemplo a empresa onde trabalha e uma instituição da qual é presidente. Relativamente à empresa, provavelmente porque paga taxas de publicidade, recebeu um e-mail com um requerimento para o caso de estar interessado, e caso cumprisse os critérios, para se poder candidatar. No que diz respeito à instituição da qual é Presidente também recebeu por parte dos SMAS uma situação idêntica. Referiu uma vez mais nunca ter visto isto em instituições públicas e reconheceu que estas medidas foram de uma divulgação extrema. Disse que nesta situação o deputado Manuel Azenha não teve razão naquilo que disse.

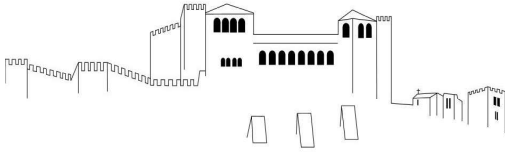
Aproveitou para falar numa situação que não está diretamente relacionada com o tema que é a questão da vacinação e das prioridades de vacinação. Afirmou que muitas instituições já começaram a queixar-se do fato de todos os funcionários que efetuam o apoio domiciliário não terem sido incluídos em qualquer listagem de prioridades. São funcionários que trabalham todos os dias com vários idosos, alguns deles com viagens a hospitais, sendo por isso pessoas suscetíveis de contraírem covid19 e que se sentem de certo modo inseguras porque acham que podem levar a infeção de um lado para o outro. Concluiu dizendo ser necessário refletir sobre isto e, eventualmente, levar esta ideia a quem de direito no sentido de poderem vir a ser incluídas numa próxima situação de vacinação.

Intervenção do senhor deputado José António Silva – PSD/MPT

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção dizendo que o ponto 7 da ordem de trabalhos tem como objeto a retificação do despacho do senhor Presidente de Câmara de 13 de janeiro de 2021 no que diz respeito ao V Plano de Medidas Extraordinárias de Resposta à Situação Epidemiológica que atualmente se vive. Referiu que os considerandos do despacho seguem as medidas impostas pela Direção Geral da Saúde, como não podia deixar de ser, mais um conjunto de medidas restritivas aprovadas e impostas pelo Governo. O concelho de Leiria já é um concelho de risco muito elevado por se verificarem mais de 480 casos por 100 mil habitantes, considerando por isso ser de bom senso aplaudir e aprovar para além das medidas preventivas como o uso de máscara, distanciamento social e a questão do tempo de exposição, as medidas emanadas nas várias áreas e vertentes do despacho do senhor Presidente da Câmara. Disse que o PSD votará favoravelmente a este ponto.

Em relação à intervenção do deputado Paulo Pedro, relativamente aos funcionários do apoio domiciliário, esclareceu que pelo conhecimento que tem esses mesmos funcionários



Município de Leiria
Assembleia Municipal

estão incluídos nos grupos prioritários e serão vacinados com os restantes membros dessas instituições.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, referiu ser uma matéria de extrema importância que deveria ser apurada pelo senhor Presidente da Câmara e dar-lhe o respetivo seguimento.

Intervenção do senhor deputado **Paulo Pedro – PS**

No seguimento das intervenções anteriores prestou um esclarecimento referindo que existem instituições que não têm a valência de lar o que significa, quase de certeza absoluta, que as equipas de apoio domiciliário não serão consideradas como prioridade.

Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo – PCP**

Transcrição:

"Face à situação criada pela pandemia da COVID-19 é justo e necessário que se estabeleça um quadro de medidas de apoio às famílias e às micro, pequenas e médias empresas atingidas pelas medidas resultantes do fortíssimo condicionamento ao normal funcionamento da economia.

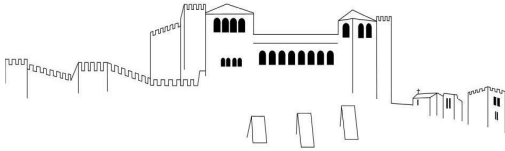
O PCP fez tudo o que estava ao seu alcance para que isso fosse, como é, uma realidade jurídica, mas também tem feito tudo para que seja uma realidade concreta a chegar às empresas, aos empresários em nome individual e aos profissionais liberais.

No plano nacional os processos são pesados administrativamente e não estão a correr ao ritmo necessário. Veio agora a Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas alertar para o facto de os apoios nacionais, aprovados pelo Governo, não estarem a chegar a muitas empresas deles profundamente carentes e o PCP levantou a questão na AR.

Já a proposta que nos é apresentada para aprovação não faz o menor sentido. É uma séria confusão na esfera das competências dos órgãos.

A Assembleia Municipal não pode deliberar porque todas as medidas insertas no despacho do PCM e ratificadas pela Câmara se situam fora do âmbito das suas competências (nas áreas de Economia, Social, Saúde e Ambiente, Segurança, Educação, Cultura, Desporto e Lazer, Associativismo, SMAS e eleições presidenciais).

Tudo isto são medidas adotadas pela Câmara no uso das competências materiais que lhe são conferidas pelo n.º 1 do art.º 33-º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pelo Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, consolidada, incluindo o que respeita aos preços dos serviços, estabelecidos no art.º 21.º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, consolidada (abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e



Município de Leiria
Assembleia Municipal

gestão de resíduos sólidos), nos termos da alínea e) do n.º 1 do citado art.º 33.º do RJAL.

Quanto ao abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos, lembramos que nunca foi submetida à Assembleia qualquer proposta da Câmara para aprovar os preços destes serviços. Porque, em face da lei, tal não pode ocorrer.

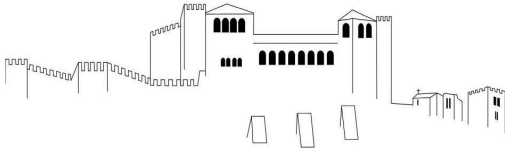
Mal, francamente mal, está a ERSAR com o seu parecer desprovido de utilidade.

Sem qualquer objeção à esmagadora maioria das medidas contidas nesta deliberação de ratificação da Câmara, declinamos votá-las porque, contra o que o PCP defendeu no passado, as mesmas estão afastadas dos poderes da assembleia municipal.

Se este ponto não for retirado, por incompetência material deste órgão, então o PCP votará contra exatamente por esse motivo. A ser aprovado recai-se numa decisão nula.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara – Gonçalo Lopes

Relativamente à questão da vacinação e sobre as lógicas das prioridades afirmou já muito ter sido dito sobre este processo. Atualmente existe uma nova liderança no processo de vacinação onde deposita como português uma grande expectativa porque sempre disse desde o início que este processo de vacinação era um processo de logística e de gestão criteriosa daquilo que é nesta fase a escassez da vacina e que por isso era necessário ter uma liderança e uma clareza naquilo que é a implementação dos critérios de vacinação. Por outro lado, afirmou estar totalmente solidário com aquilo que são as preocupações das instituições que têm um trabalho direto com a 3ª idade, com os idosos, no que diz respeito aos apoios domiciliários e centros de dia cujos profissionais estão na linha da frente e devem estar também contemplados no processo de vacinação prioritário. Reforçou que aquilo que estiver ao seu alcance será feito, nomeadamente pressionar junto do Governo para que haja uma prioridade nesta área assim como também na área dos bombeiros que transportam doentes neste período e que também estão na linha da frente algo onde, na sua opinião, devia existir uma preocupação muito mais à frente de outros tantos que deveriam naturalmente ter paciência para aguardar a sua vez de vacinar. Continuou dizendo que o processo de vacinação é algo que é fundamental durante este ano. Defendeu que na qualidade de políticos, responsáveis e líderes locais devem ter uma atitude de tranquilidade e gestão da segurança porque existindo pouco stock para vacinar seguramente terão de conviver depois deste desconfinamento em situação de segurança e proteção das pessoas, utilizando máscara e cumprindo com as regras que têm sido conhecidas e implementadas. Referiu que qualquer descuido pode criar efeitos como aqueles que estamos a viver atualmente sendo de opinião que o que se está a viver presentemente não pode deixar de ficar na memória dos portugueses durante o resto do ano e enquanto não existir uma imunidade comunitária. Afirmou que devemos ter sempre presente ser essencial ter técnicas de segurança, de prevenção e



Município de Leiria Assembleia Municipal

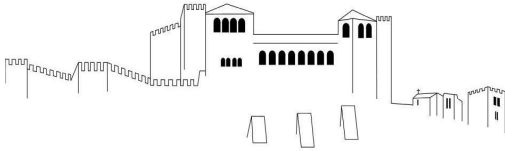
proteção pois são fundamentais para vencer este vírus. Comunicou estarem desde já a preparar aquilo que será o período pós desconfinamento, garantindo o reforço de proteção em públicos-alvo, nomeadamente a escola, que vai ser o ponto de desconfinamento onde devem ter um contributo de uma intervenção muito ativa. Afirmou que esse planeamento e essa intervenção estão a ser preparados pelo Município, pelos diversos vereadores, estando com bastante atenção àquilo que será o mês de abril, período em que se prevê que haverá desconfinamento. Disse já terem pouco tempo, aproximadamente mês e meio, para criar todas as condições para proteger as pessoas no desconfinamento. Continuou dizendo que se conseguirem ter sucesso nessa estratégia, para a qual conta com a colaboração de todos em especial com os Presidentes de Junta que foram incansáveis ao longo deste período na distribuição de material, na divulgação de regras e comportamentos. Disse que se conseguirem no mês de abril passar uma mensagem de segurança, proteção e tranquilidade, depois de terem cerca de 5 mil pessoas já infetadas no nosso concelho desde o início da pandemia, partindo do princípio que algumas delas estão imunes ao vírus, pelo menos temporariamente, se juntarmos às pessoas que já estão vacinadas temos uma sociedade mais protegida do que há uns meses atrás, do que antes desta terceira vaga e é nesse tipo de pensamento que todos têm de se focar - o de que alguns, sobretudo os mais idosos e aqueles que garantem os cuidados de saúde, nesta guerra estão protegidos ou salvos. O resto das pessoas vão ter de ter um comportamento exemplar em termos de segurança e dessa maneira irão seguramente evitar uma vaga no futuro e começar a economia garantindo a normalidade do funcionamento dos serviços de saúde.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 7** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 voto contra** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **V Plano de Medidas extraordinárias e de carácter urgente de resposta à situação epidemiológica do novo COVID 19 – Ratificação de despacho do Presidente da Câmara Municipal, de 13 de janeiro de 2021. Isenções.**

Ponto 8 - Regularização do Registo Predial de Edifícios Escolares sitos em diversas Freguesias do Concelho de Leiria - Substituição da deliberação de 24/11/2020 - Proposta de Aquisição por Usucapião de 34 Edifícios Escolares, com vista à Regularização Patrimonial - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, prescindiu do uso da palavra.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD/MPT

Questionou se a passagem a usucapião vai implicar ou não o pagamento adicional às Finanças, porque quando se trata de privados, sabe que as Finanças taxam com quase 10% do valor. Ora, neste caso, isto daria 230 mil euros de encargos para a Câmara, o que o leva a questionar se a Câmara está isenta deste imposto de pagamento.

Intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maceira – Vítor Santos

Transcrição:

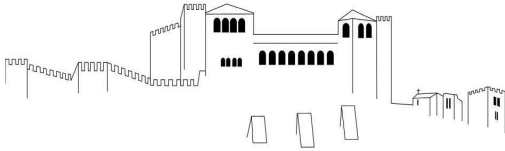
"Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Ex.ma Assembleia, um cumprimento especial e votos de boa saúde para todos.

Louvo o executivo da Câmara Municipal por, em devido tempo, se ter apercebido da falha cometida na deliberação de 24/11/2020, visto que, ao abrigo do determinado na lei 75/2013, alínea i) do nº1, do artigo 25º, Anexo 1, a mesma só tem competência para aquisições até mil vezes o montante da Remuneração Mínima Mensal Garantida. A aquisição proposta ultrapassa em muito o estipulado na lei, pelo que, só esta Assembleia pode deliberar sob proposta do executivo.

Convém recordar que a maioria destes edifícios escolares devolutos já estão novamente ao serviço da população, através de contratos de comodato celebrados com as Freguesias e outras instituições do Concelho, que é urgente serem legitimados.

Recordar ainda que as escolas foram na sua maioria construídas pelo Estado, ao abrigo do denominado Plano dos Centenários, no período entre a década de 50 e 60 do século passado e que os terrenos onde estes estão implantados foram doados, por proprietários e beneméritos locais, ou cedidos verbalmente para este fim, que foi dotar as Freguesias e o Concelho de escolas com o mínimo de conforto e condições para ministrar um ensino de qualidade. Acontece que, em alguns casos, os descendentes ainda reclamam a propriedade dos terrenos, mas como não possuem registos atualizados, não podem invocar a sua propriedade. No caso da Freguesia de Maceira há seis escolas que foram desativadas após a entrada em funcionamento no Centro Escolar. Duas delas já estão devidamente registadas, as outras quatro aguardam esta deliberação, para que se possam celebrar as escrituras encerrando um processo que já se arrasta há alguns anos. Assim, achamos que é fundamental a Assembleia Municipal aprovar a proposta da Câmara, para que este processo seja claro, mais divulgado e publicitado, dando-lhe maior credibilidade, cumprindo integralmente a lei e o regulamentado no Código de Procedimento Administrativo.

Com a resolução desta situação o Município aumenta o seu património, melhora o seu ativo e conseqüentemente o seu balanço contabilístico. As Freguesias ficam também



Município de Leiria
Assembleia Municipal

beneficiadas, vendo legitimados os acordos feitos com o Município e, ao mesmo tempo, adquirem meios para oferecer melhores atividades à sua população.

Tenho dito!"

Intervenção do senhor Presidente da Câmara – Gonçalo Lopes

Esclareceu que esta situação tem a ver com o registo em termos de efeitos de património porque não têm estes edifícios registados nas Finanças e na Conservatória não havendo por isso implicações fiscais nesse registo. Esclareceu ainda que as autarquias locais estão isentas do imposto de selo.

Intervenção do senhor deputado João Cunha – PSD/MPT

Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta da Maceira sobre esta matéria referiu não ter visto nos documentos de uma forma clara esta questão da titularidade jurídica das escolas, algo que por princípio é favorável a que este assunto fique aprovado e resolvido, mas referiu ter algumas dúvidas do ponto de vista jurídico até pelas questões que levantou de pessoas que eram titulares dos terrenos e que os doaram sob condição, neste caso concreto para serem construídas escolas e para estarem ao serviço da atividade escolar. Questionou se do ponto de vista jurídico esta questão está devidamente estudada e calculada já que depois em sede de declaração de voto não o pode fazer.

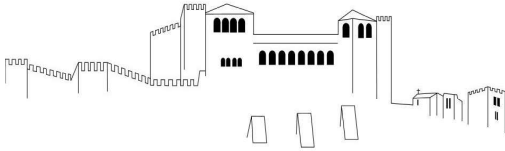
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 8** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 2 abstenções**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Regularização do Registo Predial de Edifícios Escolares sitos em diversas Freguesias do Concelho de Leiria - Substituição da deliberação de 24/11/2020 - Proposta de Aquisição por Usucapião de 34 Edifícios Escolares, com vista à Regularização Patrimonial.**

Ponto 9 - Revogação da deliberação da Câmara Municipal n.º DLB 818/18, datada de 24 de julho de 2018, e proposta de revogação da deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão extraordinária de 31 de julho de 2018, que aprovou a alienação de parcelas de terreno do domínio privado do Município de Leiria e respetivo Regulamento de Hasta Pública." - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes

Esclareceu que consiste numa revogação de uma decisão tomada pela Assembleia e só a Assembleia possui competência para revogar essa decisão que foi tomada no dia 31 de julho de 2018 e que consistia na venda de um conjunto de parcelas em hasta pública. Esclareceu que a análise que fazem e está descrita nesta deliberação é que algumas



Município de Leiria Assembleia Municipal

dessas parcelas têm limitações do ponto de vista construtivo, nomeadamente a colocação de taludes, questões de utilização para espaço público havendo por isso a necessidade de revogar essa decisão de modo a conseguir pôr a claro que tipo de parcelas é que têm efetivamente aptidão para poderem ser vendidas no futuro.

Intervenção do senhor deputado **António Pereira de Melo – PSD/MPT**

Referiu que a revogação desta deliberação que no passado o PSD votou contra, neste momento o PSD só poderá mudar de opinião se se verificarem as seguintes condições que entende deverem ser esclarecidas pelo senhor Presidente da Câmara. Afirmou que o seu voto a favor estará pendente do fato de se saber qual é a finalidade da utilização das parcelas no caso de haver uma revogação. Assim, a parcela 1 do que está escrito transparece das razões de revogação apresentadas que a mesma se destina a futura alienação após intervenção da Câmara Municipal a nível de estruturas de suporte. Questionou se está em vista a venda para a superfície Mercadona ou se vai ou não ser alienada. Relativamente às parcelas 2 e 3 disse que aparentemente a Câmara concorda em ficar com elas não havendo da sua parte problema em votar favoravelmente. Na parcela 4 afirmou não concordarem que o seu destino seja a alienação para loteamento, devendo antes a área ser utilizada para a construção de um parque de estacionamento gratuito destinado ao apoio dos serviços em volta do largo da República e ao centro histórico. Referiu que caso se pretenda voltar a pôr à venda a parcela 4 votariam outra vez contra. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que esclarecesse se as parcelas 1 e 4 se destinam a ficar na posse da Câmara para utilização pública ou se pretende voltar a pôr à venda em hasta pública. Concluiu dizendo que se pretender voltar a pôr à venda as parcelas 1 e 4 votarão contra.

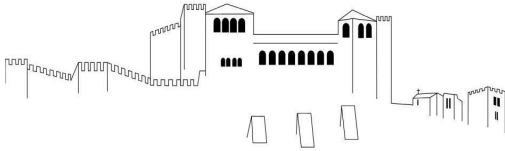
Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo – PCP**

Transcrição:

"Esta proposta de revogação da deliberação da AML só vem comprovar e, neste caso dar razão, ao que nós viemos exatamente aqui expor na dita sessão de 31 de julho 2018, quando votamos contra esta deliberação.

A proposta que a Câmara agora apresenta pretende corrigir um enorme erro, mas anuncia uma futura decisão que se mantém profundamente errada.

As razões de revogação das deliberações anteriores resultam da constatação de que a parcela 1 corresponde a um talude a necessitar de avaliação da sua estabilidade e necessidade de construção de estruturas de suporte, as parcelas 2 e 3 poderão vir a ser precisas para acautelar situações futuras urbanísticas e de ordenamento e a parcela 4 foi objeto de arranjo urbanístico por força da execução da Variante dos Capuchos. Em suma, revelam os erros grosseiros e a precipitação das deliberações antes tomadas que aprovavam a alienação dessas parcelas e o respetivo Regulamento de Hasta Pública.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Exigindo-se intervenção, face às condições que as áreas em causa apresentam e agora se assumem dever acautelar - em termos geológicos, geotécnicos e outros relativos à morfologia dos terrenos, bem como em termos urbanísticas e de ordenamento -, nunca poderemos aceitar, como se pretende, que a mesma seja custeada pelo Município harmonizando o objeto da hasta pública com o existente (...) de forma a proteger o particular de uma eventual atuação incoerente por parte da Administração Pública, evitando prejuízos. A alienar as parcelas em causa, as intervenções necessárias realizar deviam ser previamente definidas e constituir um ónus do particular adquirente e não um ónus do Município, de modo a que não fique (uma vez mais) a Administração Pública com os custos e o particular com exclusivamente com os ganhos.

Mas, acima de tudo, deve ser aproveitada a revogação das anteriores deliberações para reverter definitivamente a decisão de alienar as parcelas sobrantes em causa.

É difícil entender o que leva o PS a abdicar de defender o interesse público e oferecer de bandeja alguns locais nobres da cidade a alguns interesses privados.

A Câmara continua num enorme vazio de ideias e de falta de vontade de promover a qualidade urbana e o bem-estar das populações por parte desta maioria.

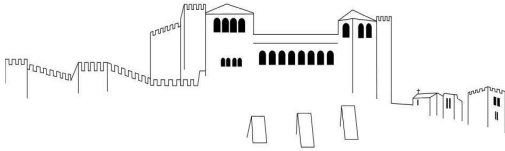
É preciso dar um enquadramento digno ao Bairro do Jericó, à envolvente da Variante dos Capuchos e das escolas dos Capuchos, esta zona tão carente de espaços verdes. E foi por isso que na altura viemos aqui propor, sim, que fossem aproveitadas as parcelas sobrantes e criar zonas verdes, zona de estar e lazer para os seus habitantes, enclausurados entre ruas e tráfego rodoviário. Se não há qualquer projeto para esse efeito é só porque não se quer que ele exista.

Não é digno, não é recomendável nem é aceitável densificar ainda com mais edificações e tráfego rodoviário uma zona eminentemente residencial.

Vamos votar a favor pela luta da promoção da qualidade de vida das populações, exigindo que estas parcelas de terreno do domínio privado da CML não voltem a Hasta Publica."

Intervenção do senhor deputado João Cunha – PSD/MPT

Em relação a esta matéria e em 1º lugar disse querer registar o zigzague administrativo da Câmara. Considera não ser uma forma de gerir processos linear. Na sua opinião a Câmara não está a perceber com calma o que é que tem de fazer em relação a estas matérias. Mencionou ter ficado ainda com mais dúvidas ao verificar que no ponto 4 do verbete da deliberação é dito a certa altura: "... sendo de suma importância previamente a alienação avaliar a sua estabilidade, a estabilidade do talude, e a necessidade de construção de estruturas de suporte, evitando custos diretos e indiretos...", portanto, existe a assunção que vão existir custos, "...atenta à possibilidade do adquirente..." questionando ele qual adquirente, se já existe alguma proposta concreta, ou seja, está-se a falar do quê. Questionou também se o adquirente pretende



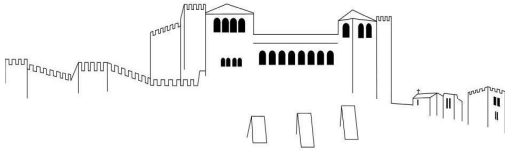
Município de Leiria
Assembleia Municipal

alterar a geometria do talude "...com o intuito do melhor aproveitamento do terreno e desta forma pôr em causa a via existente...". Na sua opinião está-se aqui a querer ser dito que a autarquia tem de assumir os ditos custos diretos e indiretos para permitir ao adquirente alterar a geometria do talude com o intuito de um melhor aproveitamento do terreno. Confessou sentir alguma perplexidade com tudo isto levando a questionar o que é que está aqui efetivamente por trás desta conversa. Questionou ainda se existe alguma contingência em relação à parcela 4 porque aquilo que lhe vêm dizendo é que existe ainda um contencioso judicial em torno desta parcela, algo que disse não saber se corresponde à verdade ou não, algo que não transitou ainda em julgado, sendo uma informação que não possui e que solicita que lhe seja confirmada (se existe ou não alguma contingência em relação à titularidade destas parcelas e se a questão judicial está definitivamente encerrada, se é que a houve).

Intervenção do senhor Presidente da Câmara – Gonçalo Lopes

Referiu que a deliberação está nos considerandos e no essencial responde a muitas das dúvidas que foram levantadas. Disse que das parcelas que tinham sido identificadas para venda em hasta pública existem 3 parcelas que não têm condições objetivas de serem vendidas: uma porque é um talude, ninguém em condições normais estaria interessado em comprar um talude de uma auto-estrada nem a Câmara está interessada em vender uma parcela que serve de suporte a uma estrada municipal. Nas parcelas 2 e 3 tem que se acautelar aquilo que é a zona de estacionamento que está projetada em âmbitos de urbanismo, ficando sem qualquer tipo de área disponível para ser alienada. Afirmou que a única parcela que oferece condições para ser alienada numa área que já está diminuída, uma vez que já retiraram aquilo que foi planeado para estacionamento público e ninguém compra nem a Câmara quer vender o espaço que está dedicado a criar estacionamento. A parcela 4 é a única das quatro parcelas que tem efetivamente um domínio privado, ou seja, foi comprada por um preço e por uma finalidade privada, enquanto as outras têm uma natureza do domínio público. Esclareceu que desta revogação elimina-se a venda de parcelas que não têm valia nem função privada (é o caso dos taludes e das zonas de estacionamento a que correspondem as parcelas 1, 2 e 3). A parcela 4 vê-se diminuída na sua área, uma vez que foram retiradas as zonas necessárias para estacionar sendo a única que tem valor para domínio privado podendo ser objeto de venda para poder ser explorada do ponto de vista urbanístico por quem tiver interesse em adquiri-lo e criar ali um projeto que possa servir de referência também e de utilidade privado, porque o solo tem essa característica e essa classificação conseguindo dessa maneira a Câmara rentabilizar um património que tem nas suas mãos.

Continuou a sua intervenção dizendo ter-se ouvido nesta sessão interesses diferentes em que uns querem estacionamentos e outros querem zona verde. Explicou que quer para



Município de Leiria Assembleia Municipal

uma função quer para outra a área disponível é de 2 mil metros não sendo significativo para aquilo que são as vontades de cada um dos partidos que manifestaram essa vontade podendo, no entanto, ser uma boa oportunidade de poder fixar ali uma expansão urbanística.

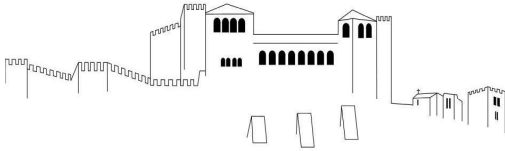
Esclareceu que inicialmente compete à Câmara decidir se vende, depois compete verificar se alguém está interessado em comprar, quem comprar compete fazer o seu projeto de urbanização, competindo à Câmara aprovar ou não o que é que quer para o local. Disse que a Câmara terá sempre a capacidade de decisão relativamente a este assunto parecendo-lhe até desajustado este tipo de intervenção, tanto mais que aquilo que estão a fazer é a eliminar, a revogar uma decisão de venda que a ser concretizada iria trazer um conjunto de problemas do ponto de vista operacional e legal que tornava a sua concretização extremamente difícil. Afirmou que o que estão aqui a fazer é efetivamente uma clarificação não só revogar, mas deixando claro que existe um conjunto de parcelas que não faz sentido vender e que efetivamente há uma que tem esse potencial de venda, tendo sido hoje aqui apresentadas várias sugestões públicas para uma zona verde no estacionamento, tendo questionado se não ficava bem ali um hotel. Após alguns deputados terem defendido que não, esclareceu que a sua sugestão vinha no seguimento das soluções anteriormente apresentadas e apenas para contrariar uma tentativa de condicionar uma opção que não existe nos dias atuais. Referiu que o que seria importante deliberar na Assembleia de hoje era que nunca se poderia ir para a frente com a hasta pública que estava limitada num conjunto de parcelas, ficando também a explicação daquilo que teve na origem dessa tomada de decisão em reunião de Câmara e agora na Assembleia que é o órgão que no fundo decidiu por este caminho.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 9** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 2 votos contra e 10 abstenções**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Revogação da deliberação da Câmara Municipal n.º DLB 818/18, datada de 24 de julho de 2018, e proposta de revogação da deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão extraordinária de 31 de julho de 2018, que aprovou a alienação de parcelas de terreno do domínio privado do Município de Leiria e respetivo Regulamento de Hasta Pública.**"

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, lembrou os senhores deputados que pretendam apresentar declarações de voto que as mesmas devem ser entregues posteriormente por escrito de modo a serem colocadas na ata.

DECLARAÇÕES DE VOTO



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Intervenção do senhor deputado João Cunha – PSD/MPT

Transcrição:

"Dado que o senhor Presidente da Câmara não respondeu às questões que lhe coloquei, muito concretas e muito precisas, sobre esta matéria - eu, se me tivesse sido possível, recusaria voto. Mas, como não me é possível recusar voto, tive que me abster. Porque isto é claramente uma deliberação (a expressão que eu vou utilizar naturalmente é pejorativa), uma votação manhosa. E, como eu não me revejo nesta forma de colocar à Assembleia uma questão como esta, portanto, sem as respostas que não obtive eu não estou em condições de poder votar e, assim, tive que me abster porque não posso recusar voto, senão ter-me-ia recusado a votar, porque isto, efetivamente e sob o ponto de vista jurídico, é um aborto."

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

"Ao encontro daquilo que viemos exatamente aqui expor na dita sessão de 31 de julho 2018, quando votámos contra esta deliberação, a nossa declaração de voto vai no sentido em deixar claro que o PCP vota a favor somente à revogação desta deliberação e não votamos a favor, obviamente, à intenção do que o Sr. Presidente veio aqui hoje reforçar, que é a intenção de venda em Hasta Publica deste espaço.

A nossa proposta não vai ao encontro de que se construa nova edificação neste espaço, mas sim que este seja conservado e usado como espaço verde, garantido assim para esta zona residencial, tão carente há tantos anos de espaços verdes."

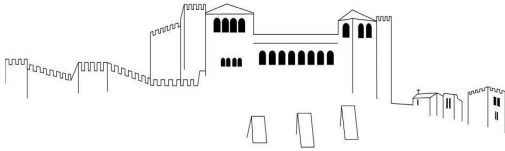
Intervenção do senhor deputado Pedro Pimenta – PSD/MPT

Transcrição:

"O Partido da Terra vota contra porque fiz porque não houve uma resposta clara por parte do senhor presidente da Câmara às questões que lhe foram colocadas e parece-me a mim que a Câmara, portanto, apenas apresentou este ponto a fim de fazer as obras necessárias para que um cliente que possivelmente já está definido possa usufruir delas e como tal voto contra."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, lembrou uma vez mais que para cumprimento do regimento as declarações de voto devem ser entregues por escrito.

Aproveitou também para lembrar a realização da sessão extraordinária durante o mês de março pedindo à senhora deputada Laura Esperança, na qualidade de líder do grupo municipal do PSD em substituição do seu líder, para o avisar sobre as intenções do convite que vai haver da parte da senhora Vereadora Ana Esperança para a reunião que terá lugar no próximo dia 18, para explicar o Plano de Saúde Municipal.



Município de Leiria Assembleia Municipal

De seguida foram colocados a votação os pontos 2 a 9 da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia Municipal de Leiria **deliberado por unanimidade**, a sua aprovação em minuta, de acordo com o ponto 3 do Artº 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia, encerrada a sessão, eram 00h44 horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 30 de abril de 2021, deliberou **por unanimidade, aprovar a ata.**

O Presidente da Assembleia
António José de Almeida Sequeira

A Técnica Superior
Catarina Isabel dos Santos Clemente